



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 27/09/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro aberta a 6ª audiência pública ao PL 415/2012, do Executivo Municipal, que aprova o Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo, para o decênio 2011/2020.

Informo que esta audiência pública foi publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, no Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no *Estado de São Paulo*, do dia 25 de setembro, na *Folha de São Paulo*, do dia 26 de setembro.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo - www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line.

O tema de hoje é financiamento, gestão democrática e regime de colaboração.

Registro a presença do Vereador Toninho Vespoli.

Convido para compor a Mesa o Sr. Rubens Barbosa de Camargo, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

O Professor Rubens Barbosa de Camargo vai falar por 20 minutos.

As inscrições podem ser feitas pela Assessoria Técnica da Comissão de Educação e tão logo o Professor termine sua fala, passaremos a ouvir o plenário.

Tem a palavra o Professor Rubens Barbosa de Camargo.

O SR. RUBENS BARBOSA DE CAMARGO – Bom dia. Em primeiro lugar, quero agradecer aos Vereadores Reis e Toninho Vespoli pela oportunidade de estar nesta Mesa conversando com todos sobre temas tão importantes relativos à construção do Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo.

Quando conversaram comigo, num primeiro momento, falaram sobre financiamento da Educação, que é uma das coisas com as quais trabalho na Universidade, mas depois também falaram que era financiamento, gestão democrática e regime de colaboração. Três temas que mereceriam no mínimo, cada um deles, pelo menos uma audiência pública, porque são complexos, têm toda referência histórica diferenciada na rede, etc.

Trouxe alguns slides e vou tentar rapidamente pensar algumas coisas a respeito de cada um desses temas: financiamento, regime de colaboração e gestão democrática.

Vou tentar falar uns 10 minutos sobre cada um e depois ouvir o plenário. A minha intenção não é sugerir especificamente pontos para a elaboração do Plano Municipal, mas com base na minha leitura e na leitura que fiz também do projeto anterior, perceber algumas nuances, diferenças e também me colocar à disposição, caso seja necessário, para pensar em aspectos mais técnicos para a elaboração final de um projeto.

Então hoje será uma fala mais geral e depois, se julgarem necessário, conversaremos um pouco mais sobre como transformar as ideias que estou trazendo em artigos ou formas de estarem presentes ou não no Plano Municipal de Educação.

A primeira coisa que quero falar é que não temos uma tradição no Brasil de prezar pela elaboração de planos e em especial, mais do que só a elaboração de planos, a ideia de realização dos planos que foram elaborados.

Então estou vendo aqui, sábado, 9h, um auditório como este, com temas como estes, com um número considerável de pessoas e pensei: é um tema que não empolga multidões, mas de repente há uma peleja boa a ser pensada e elaborada aqui.

Mais do que então pensar na questão técnica do plano, a questão também da elaboração do plano, que sei houve um processo de discussão anterior, mas o resultado, por exemplo, no projeto anterior não falava nada sobre financiamento da Educação. E pensei: como se propõe um plano sem nenhuma linha sobre a questão do financiamento?

Estou falando do projeto que veio, para além das conferências. Lembro-me, participei também, houve muitos embates. Estou vendo aqui o pessoal do Sinesp também. Quero dizer que houve uma história de construção, aliás, mesmo nesta Casa há uma proposta, se não me engano da Ana Maria Quadros lá atrás. Depois veio com um processo de construção um pouco mais aberto. Depois chegou uma proposta de plano, enfim, o que estou querendo dizer é que não é de hoje.

E no Brasil não prezamos por uma tradição de elaboração e quando tem é por uma característica meramente técnica, geralmente de gabinete. E muito pouco de implementação. Para além da questão da elaboração, muito menos ainda de por em realização aquilo que de fato os planos haviam previsto.

Então como acreditamos na perspectiva de construção democrática, de debate, de audiências públicas, de que isso deve fazer a diferença. Agora, inclusive, temos uma lei de participação popular em termos nacionais, pelo menos para o regime federal. Seria importante ter isso cada vez mais nas esferas estaduais e municipais, a participação social na definição das políticas públicas, com comissões, audiências, etc., na forma de um decreto que de certa maneira estruture todo esse procedimento.

- O Sr. Rubens Barbosa de Camargo passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

O SR. RUBENS BARBOSA DE CAMARGO – Rapidamente, quando pensamos na questão do financiamento, se pegarmos cada item que está aqui e fui tentando grifar tudo aquilo que levaria à questão do financiamento, vamos encontrá-lo presente em todas as páginas. O sentido da qualidade, da diminuição média de alunos por turma, a questão da formação, há muitos aspectos que envolvem a questão do financiamento. Podem estar mais explícitos ou não. Essa é a questão.

No meu modo de ver há questões que necessariamente devem se referir ao financiamento e em especial também à questão da gestão. Dado nosso marco constitucional a gestão democrática do ensino no Brasil.

Estou falando isso porque se fossemos pegar item por item não daria para fazer as observações todas, mas uma das coisas que acho importante pensarmos quando se tem por referência o Plano Nacional de Educação, aprovado agora em junho aqui no Brasil e que se transformou na lei 13.005, é que por 10 anos teríamos que alinhar mais ou menos os planos com esse plano nacional, alguns dados são importantes.

E no caso do financiamento há múltiplas entradas. Posso pegar a questão do financiamento para ver como é a condição de trabalho dos profissionais da Educação, a remuneração. Posso pegar quais são as condições das escolas, do ponto de vista de suas instalações. Posso pegar o quanto de verbas, das receitas, as que são destinadas realmente para despesas com Educação. Aquelas que fazem parte do MDE, Manutenção e Desenvolvimento da Educação, que é um conceito nacional e que há verba vinculada. Ou aquelas que fazem parte da Educação, mas não são vinculadas, etc.

Há múltiplas entradas, na esfera macro posso pensar quanto os países gastam em Educação até a esfera micro, por exemplo, os programas de descentralização de recursos que chegam à escola e que ela vai decidir sobre aquele montante que chega. Por exemplo, em São Paulo temos o PTRF, Programa de Transferência de Recursos Financeiros; o PDDE que vem do Governo Federal; a verba de manutenção para coisas mais imediatas, o adiantamento. E de certa maneira a unidade é levada a tomar decisões sobre isso.

Então posso dizer que financeiramente há desde esses mecanismos mais micro até o mais amplo, mais macro. Vou fazer uma abordagem rápida neste momento sobre a questão do macro. Todos sabem que temos um atendimento baixíssimo nas creches. Temos de ampliar o atendimento no Ensino Fundamental em termos de horas. Hoje são quatro horas. É o que está previsto na LDB, mas alguns lugares estão fazendo cinco horas, o que é louvável, por exemplo, a cidade de São Paulo conseguiu diminuir os turnos.

Então estamos avançando, mas a questão do número de alunos por sala é uma das dimensões que também se deve pensar. O problema é como concatenar, por exemplo, a diminuição média de alunos por sala e a ampliação do período de permanência na escola, porque essas duas coisas requerem muito mais recurso.

Estou falando isso porque nos outros países, a questão dos ensinos Fundamental e Médio já são pensados na perspectiva de uma escola de tempo integral. Na França, Portugal, Espanha, Alemanha e Estados Unidos já pensam assim. Então para eles é inimaginável uma

escola de quatro horas por dia.

Então essa é uma coisa típica do Brasil por causa da nossa história e porque a Educação das massas nunca foi um valor para as elites do nosso país. Por isso foi construído esse déficit enorme, claro que não só educacional, mas social, econômico, político, de participação, etc., mas o que quero dizer é uma perspectiva da Educação vir a suprir parte disso com investimentos nela.

Outro déficit é com relação ao Ensino Superior, o Ensino Médio também, que está na mesma condição de atendimento. Grande parte do Ensino Superior é feito pelo atendimento privado. Quer dizer, se na década de 60 no Brasil, por exemplo, a maior parte era público, embora muito mais restrito proporcionalmente, hoje 75% no Brasil é privado e 25% público. E quando se pensa no plano da Cidade também tem que se pensar na questão do atendimento ao Ensino Superior.

Essa é uma característica do Brasil, em outros países não é assim. Claro que nem em todos os países o público é gratuito, mas em compensação há mecanismos de como oferecer bolsa para os seus cidadãos. Então é toda uma dimensão diferente.

Como falei há muitas formas de pensar a questão do financiamento. Aqui eu peguei um estudo que a OCDE, Organização de Cooperação dos 30 países mais ricos do mundo, faz todos os anos. Nesse estudo eles fazem uma porção de estatísticas importantes e o Brasil entra como convidado. Muitas vezes então os dados brasileiros aparecem nesses relatórios para, inclusive, ajudar a pensar na questão das relações entre diferentes indicadores.

Um dos indicadores que peguei foi o quanto se aplica em cada nível de ensino. Eles têm a lista de todos os países que fazem parte. Acabou de sair a lista de 2014, estava fazendo a continha ontem à noite. Só que em financiamento de Educação os dados são sempre de anos anteriores, nunca é *up-to-date*, então a gente sempre tem de olhar para trás para ver como está ficando a projeção.

Então peguei alguns países e fui vendo quanto eles gastam em cada um dos níveis.

E como tinha acumulado isso de 2002, 2008 e agora de 2014, os dados são relativos ao ano de 2011. Esses dados são em dólar PPC – Paridade do Poder de Compra. A OCDE para tentar estabelecer esse procedimento de comparação fez uma sexta equivalente a 100 dólares norte-americanos e verificou o poder de compra de cada país com esse valor, para poder comparar os dados dos diferentes países. Transformou as moedas de todos os países naquele valor e depois colocou numa tabela para poder comparar.

Então em 2002, o Brasil gastava 965 dólares PPC na Educação pré-primária, enquanto a Argentina gastava 1.300; Chile 1.700; Portugal 4.100 e Estados Unidos 7.800. A média dava 4.200.

O primário no Brasil, 842; Portugal 4.000 e no Secundário, o que chamamos de Ensino Fundamental II, o Brasil 913; Estados Unidos 8.000 e Portugal 6.000. A média era 6.000.

No Ensino Médio, 1.008 no Brasil. A média dava da OCDE dava 7.121. Em 2002.

O próximo dado é da publicação de 2011 e o dado é de 2008. Vamos ver que o Brasil melhorou: 1.726 no pré; 2.155; 2.300; 1.600 no Ensino Médio, mas a média em todos os outros países também cresceu no mesmo período. Então a média deu 6.200; do primário deu 7.100; no Ensino Secundário 8.400; no Ensino Médio 9.300.

O dado de ontem que eu peguei, então, veja lá, o Brasil está melhorando, foi para 2.300, está certo?

No primário, 2.600, passamos um pouco a Argentina num dado. Estamos abaixo dela, no Ensino Fundamental II, está certo? Estamos abaixo, no Ensino Médio da Argentina.

Mas o que estou querendo dizer é o seguinte: houve investimentos, mas veja, eles também cresceram - aliás, cresceram um pouquinho menos do que nós, porque podemos falar: "poxa, então, algum dia, chegaremos lá", se pensarmos o seguinte, que a média dos gastos desses países é uma média de uma educação de qualidade - supondo isso, está certo?

Bem, aí, pode passar o próximo.

Esses são os gráficos a respeito disso. Vejam as diferenças: 2002... É só uma imagem, a distância que nós estamos, tá?

Pode pegar o 2008, é o próximo.

Estamos crescendo, eles também estão crescendo.

O próximo, a mesma coisa, mas nós estamos crescendo também.

O problema é o seguinte, eu fiz a seguinte indagação: quando chegaríamos, quando os alcançaríamos? Esse é o problema.

Então, aí, toca o próximo.

Passa mais um, depois eu volto para esse aí.

O que acontece é o seguinte: se pegarmos e fizermos uma continha sobre qual é a nossa taxa de crescimento e qual é a taxa de crescimento deles e tentarmos ver onde e quando elas se encontrariam, vocês vão ver que... Aqui é a reta do Brasil, e aquelas outras lá. Quando que elas vão se encontrar? Nunca, está certo? Porque teriam de convergir para se encontrarem, está certo? É um pouco... Só que eu peguei só os dois primeiros anos aqui.

O ano de 2008, desculpe, de 2011, deve ter dado uma inclinadinha -, só não fiz essa continha ontem. Mas o que quero dizer? É o seguinte: fazendo essa... Eu pensei assim: não, mas se nós, como está inclinado de modo diferente, e nunca vamos alcançar, vamos supor que congelemos o valor num determinado ano, o deles; e continuemos com nossa taxa. Quando que encontraríamos?

Aí, pode passar, é o próximo.

Aí é o seguinte: quando fazemos essa conta, vamos ver que, na média do OCDE (?), mantendo aquela taxa de 2002 a 2008, levaríamos 26 anos para atingir o Pré-Primário.

Precisaríamos de 20 anos para atingir o primário; precisaríamos de 22 anos para atingir o Ensino Médio Fundamental II; e precisaríamos de 56 - porque a taxa de crescimento do nosso Ensino Médio é muito baixa para chegar onde eles estão com o Ensino Médio.

Isso são cinco PNEs, gente. Só para... Aí, aonde que quero chegar? Não é um

plano para 10 anos só. Já são... Esse PME (?) e mais o próximo.

Agora, vamos... Quando eu fiz a continha com os dados de 2008 (?), ...

Volta para aquele outro lá.

Passa mais um. Mais um. Mais um. Esse aqui.

O que aconteceu? Foi fazendo a relação do ano de... A relação Brasil com a OCDE 2002, 2008 e 2011, em cada dos níveis. E dá para perceber que, em 2002, a nossa relação era de 22,5%. É como se fosse um em relação ao outro (?).

Agora, 31,5. Estamos melhorando. Que é o que estou querendo dizer, mas a questão é que estamos muito distante em relação ao que eles gastam.

Então, a mesma coisa acontece em todos os outros níveis.

E onde que quero chegar finalmente com isso? É o seguinte: feitas as continhas, agora com as contas de 2011, com o dado da publicação de 2014 e tal, levaríamos... E aí também fui esperto, fiz assim: vou pegar assim, a melhor taxa, foi quando ela cresceu mais, e mantive congelado o 2011 deles. E aí chegamos...

Vai baixando agora.

... A isso aqui: congelando 2011, levaríamos 24 anos no Pré; 26, no primário; 29, no secundário; 22, no Ensino Médio.

O que estou querendo dizer é o seguinte: ou temos um processo intenso de aplicação de recursos em educação no Brasil como um todo - e também nos seus entes federativos, no caso, que São Paulo é parte -, ou nunca vamos alcançar, porque essa diferença se mantém, de 20 anos, porque eles não vão congelar. Foi uma hipótese minha essa.

Então, o que estou querendo dizer é o seguinte: quando ouvimos, de todos os matizes políticos e tal, que vai vir dinheiro para a educação quando houver o pré-sal, etc. Olha, o que estou querendo dizer o seguinte: para além do pré-sal - que deve vir e tem de vir mesmo -, temos de aplicar já e cada vez mais recursos na Educação, se fizermos pensar numa educação de qualidade para todo o Brasil, em especial para a cidade de São Paulo.

Então, não podemos entrar num discurso diz que quando vierem esses novos recursos lá dos *royalties* é que vamos conseguir sair dessa. Não. Quando chegar,

Quando chegar, já estaremos muito mais defasados. Temos de encontrar recursos o mais breve possível - e há estudos, o IPEA, por exemplo, tem até material recente que diz a respeito disso; há estudos que falam que cada recurso, cada real aplicado em educação, você tem 30% dele que gira mais a economia, 1,3, é o que gera o recurso da própria aplicação em educação, e assim por diante.

O que estou querendo dizer é que, para além da necessidade dos 10% do PIB, que é verdade, e temos de aplicar isso na creche até a pós-graduação, o que estou querendo dizer é que temos de aplicar do modo mais rápido possível, porque, senão, as defasagens vão continuar e não vamos ter um ensino de qualidade, está certo?

Então, se pegamos, por exemplo, no caso do PME aqui - e eu vi, por exemplo, aí levaram a primeira proposta. Achei bacana essa inversão, embora eu, tecnicamente, proporia a colocação do financiamento ao final, alinhado ao Plano Nacional, porque, na verdade, a ideia seria o seguinte: tudo o que precisa para creche; depois, para o Ensino fundamental; depois, para o Ensino Médio; depois, para o Ensino Superior; para a gestão, etc. E, depois, soma-se tudo e fala: "bom, para ter tudo isso, precisa-se ter isso aqui de dinheiro".

Acho que, logicamente e tecnicamente, seria mais adequado, porque, inclusive, faz o alinhamento com o Plano Nacional.

Mas gostei dessa chamada de atenção, dessa proposta, porque, como a proposta que veio não veio com nenhuma linha no financiamento, falei: "está bom, então é isso aí". Então, tem de chamar atenção de que recursos são necessários na cidade mais rica do Brasil, para a educação. E, para isso, e claro, aplicando, significa recursos para pagamento de professores, etc. etc., atendimento, mais recursos na mão das escolas, etc., está certo?

Então, é por aí. Acho que a grande questão é a seguinte: tem de aumentar o montante de recursos em todos os níveis e em todas as esferas, e não dá para esperar o pré-

sal só. É essa a questão. Tá? Era isso.

Do ponto de vista do financiamento, é isso.

Claro que, então, há coisas técnicas, etc. que podia chamar atenção.

Do ponto de vista do...

Pega aquele dado do José Marcelino só para, também, com relação à questão da remuneração dos professores.

Há um dado que fizemos em nosso estudo aqui sobre salário de professor e, e esse dado do Professor José Marcelino, lá de Ribeirão Preto, e de Thiago Alves, lá da Universidade Federal de Goiás: quando se fala em salário de professor, falam: "Não, os professores e tal, na média, estão ganhando melhor, etc.". OK. Podemos até... Podemos discutir o que acontece na rede municipal. Mas, na média, quando pegamos que acontece com os professores no Brasil, de todas aquelas profissões que exigem um grau de formação em nível superior - e também no nível médio -, quando comparamos essas duas coisas, a diferença é um pouquinho menor, mas a diferença é quase 50%. Quem é formado e quem trabalha com a educação - tirando os que estão no Ensino Superior -, mas que estão na educação básica, eles ganham muito menos.

Pegando outras profissões que têm, mais ou menos, o mesmo tempo de formação em nível superior, e veja a média do que conseguimos pegar na PNAD de 2009 - estou falando lá para trás.

Então, professor da educação básica, grande parte deles estava aqui, não é? Nessa parte aqui, até três. Enquanto que outras profissões estão para cá, o que significa que ganham muito melhor do que os docentes, com o mesmo tempo de formação no nível superior requerido, está certo?

Então, o que estou querendo dizer é que, muitas vezes, é um discurso de economista, que diz que os professores estão ganhando bem no Brasil, e eu estou querendo de mostrar que, está bem, então, vamos pegar o salário dos economistas e vamos...

É que, neste aqui, ele... Está no outro dado... Vamos ver aqui eles também falam em causa própria, porque, na verdade, eles equivalem a que ao dos arquitetos e tal. Então, só para ter uma ideia de que é uma discussão em que temos de estar o tempo todo presente, dizendo que os professores, no Brasil precisam.

A questão da qualidade, assim, é impossível se pensar, no meu modo de ver, em questão da melhoria da qualidade de Ensino, em todos os níveis, se não se pensar na questão do salário dos professores no Brasil - e, na verdade, na questão do salário dos trabalhadores de Educação: dos professores e de todos aqueles que trabalham com educação, seja o Secretário de escola, a merendeira, o pessoal que trabalha lá na Secretaria, no atendimento, o vigia da escola, etc. então, de todo o mundo que trabalha com educação.

Mas esse é só um dado, assim, para reforçar que o tal dos 10% que tem de vir do PIB para ampliação do atendimento, permanência e melhoria da qualidade, por meio também - não só e compras de equipamentos, etc., que acho necessário -, mas também a remuneração condigna de quem trabalha na educação básica, está certo?

O outro tema - e aí rapidamente passando aqui também - é sobre a questão da Gestão Democrática, e aí sei que vou ter uma peleja com o nosso pessoal aqui do Sinesp, que eles sempre me convidaram para os congressos deles, e debatemos essa questão sobre gestão democrática.

O que vejo, assim,...

Eu posso deixar esse material com vocês.

Primeiro, aquela nossa perspectiva da gestão democrática, quando foi colocada na Constituição, era uma perspectiva de discussão, participação intensa e, principalmente, politização - não partidária da Educação, mas no sentido de para que serve a educação, se não uma leitura do mundo para, depois, também concatenar com a leitura da ciência, da história, da geografia, dos conhecimentos escolares? Quer dizer, só tem sentido a perspectiva da escola com uma leitura mais, eu diria assim, detalhada, mais sofisticada, mais realista do

mundo, com base também na vida e nos conhecimentos escolares, para poder interferir neste mundo e transformá-lo cada vez numa condição mais digna para a vida das pessoas. Essa é a função social, no meu modo de ver, da escola - está certo? - ora, já que vivemos num mundo em que as condições, em alguns lugares, melhores e, em outros lugares, piores, mas numa condição de absoluta exploração do homem pelo homem. Então, de uma classe sobre outra. Então, essa é a condição em que vivemos, e a escola serve, de certa maneira, a essa condição.

Ora, ela serve, mas também pode não servir, na medida em que ela colocar instrumentos as mãos das pessoas, e vivências - por isso a questão da gestão democrática -, de forma que a participação leve a uma condição para superar essa condição em que vivemos, está certo?

Mas o que aconteceu, de fato? A partir lá da Constituição, que tinha como pressuposto a ideia da participação, da descentralização, - e daí a disputa lá que é a questão da eleição de dirigentes -, isso se transformou hoje, quando é implementado, numa discussão, muitas vezes, formalista. Precisamos do Conselho para fazer alguma coisa. E estou vendo que não é só no Conselho das escolas. Estou numa universidade em que acabamos de fazer quase 120 dias de greve, e em que os Conselhos das unidades, os Conselhos da Universidade praticamente não funcionaram, ou funcionaram de acordo com o que o reitor, no caso do Conselho Universitário da USP, com o que o reitor estava querendo.

Estou querendo dizer que precisamos pensar na questão da Gestão Democrática de modo muito mais amplo, apesar de haver um processo meio que mequetrefe, no caso da USP, de como fazer a eleição desse dirigente, não é?

Mas o que estou querendo dizer é que esse procedimento tem de ser cada vez mais aprimorado para atingirmos uma perspectiva democrática de sociedade. Participação também se aprende, é isso o que quero dizer, está certo?

Bem, então, para além de uma questão formalista que encontramos na questão da

gestão democrática, temos de operar com instrumentos e possibilidades cada vez mais interessantes, eu diria assim, para tentar atingir uma construção de uma vivência democrática, para poder, justamente, cada vez mais, implementá-la em nosso dia a dia. Essa é a ideia básica.

E, no caso, isso acontece tanto na educação básica, quanto na educação superior, está certo? Já acabei de falar da Universidade em que trabalho. Mas, colocando aí algumas propostas que vemos aqui, no caso de São Paulo, que existe o concurso para os cargos de direção, não é? Não é assim no resto Brasil. Há também a indicação - que ainda é pior, no meu modo de ver. Mas temos de, na minha perspectiva, pensar nessa possibilidade da questão da gestão democrática, de, em primeiro lugar, implementar conselhos realmente que trabalhem, que tenham uma participação, que tenham decisões políticas importantes - está certo? - no âmbito das unidades, com representação. E, nesse caso, vejam só, não são só os Conselhos nas unidades escolares. Vejam, temos, pelo menos, três Conselhos institucionais, que são obrigatórios por lei: o de alimentação escolar; ou do CAQs, que também fizemos parte, lá no Fundef, na época, de acompanhamento das verbas da Educação, de controle social - embora nós nunca tivéssemos todos os dados disponíveis, não é? E o Conselho Municipal de Educação, está certo?

Então, esses três são institucionais, e que são, por lei, obrigatórios de existir, para se constituir, no caso, o Conselho Municipal como um sistema, que tem de ser repensado. Tanto as pessoas que estão nele têm de ser informadas, etc. Mas, no caso do Conselho Municipal, do qual fiz parte - me orgulho de ter feito parte -, mas não tenho dúvida de que tem de ser reformulado, está certo? Não pode ter nove membros e não pode ser do jeito que são indicados. Tem de haver um modelo diferente de como se participa desse Conselho.

Tenho uma proposta de que deveria aparecer, a partir dos Conselhos de escola, haver o Conselho do Crece, nas regionais; e, de certa maneira, isso se relacionar com o Conselho Municipal, com representação. Uma estrutura que pudesse ter minimamente

representação para poder ter uma dinâmica e uma proposta de participação democrática mais intensa.

E, no caso,...

Pode colocar.

Aqui são as críticas, tal. Mas, no caso, acho que as diretorias de Ensino - no caso, são as de São Paulo -, mas, assim, não sei se existe hoje, mas, assim, na gestão de Paulo Freire e de Mário Sérgio Cortella, havia um negócio assim: em cada NAE (?), havia uma equipe chamada lá de Gestão Democrática, que era para ajudar na implementação dos grêmios, que era para ajudar na implementação dos Conselhos, que era para discutir essas questões dos Conselhos mais institucionais - no caso municipal, naquela época, foi meio problemático -, mas também era uma equipe que, de certa maneira, dinamiza, por exemplo, a questão da avaliação, quer dizer, para não pensar que avaliação de escola é uma questão só e estritamente pedagógica. Acho que, por exemplo, é muito mais de gestão. Então, devia estar vinculada até nessa coisa.

O que estou querendo dizer é o seguinte: para tentar estimular essa perspectiva da gestão democrática, teria de haver equipe própria dentro das instâncias para poder favorecer esse tipo de participação.

Mas o meu debate com o Sinesp é o seguinte, todos me conhecem devido à questão da eleição, e não estou propondo eleição de diretor, estou propondo que seja eleito um colegiado. Podem me falar, é a mesma coisa para mim, tudo bem. Mas penso que na gestão da escola não se dê exclusivamente na figura de uma pessoa. No fundo, ao cabo, essa pessoa, aquilo que é um cargo, uma função fica personalizado. No caso do Estado de São Paulo é um horror, por exemplo, o diretor da escola é presidente do conselho da escola e também o presidente do conselho deliberativo da APM. Fica tudo concentrado. E ele fala: na hora de assinar pela escola sou eu, como diz o Vitor, eu sou culpado o último por tudo que acontecer na escola.

Então, se estamos falando num plano, se é para pensar daqui a dez anos, é pensar a escola com colegiado diretivo. Com um coordenador que poderíamos chamar de financeiro, e tal, ou coordenador comunitário, pedagógico e os três teriam de discutir e os três levarem para frente à gestão da escola. Acho esse um modelo mais interessante do que o atual, por concurso.

Acho que deve ser feito um intenso processo de formação de conselheiros, seja eles das escolas, institucionais, que haja um intenso processo de formação para, cada vez, as pessoas entenderem suas formações e atribuições, de como dinamizar, valorizar e como perceber que essas instâncias são importantes no processo tanto interno quanto externo de uma escola, dentro de um sistema, de uma região e assim por diante. Portanto, seria a recomposição dos conselhos institucionais, etc. E, claro, o incentivo à formação dos grêmios. Não sei como hoje está na rede, mas temos de pensar no incentivo à moçada para participar dos grêmios para, de certa forma, organizar, pensar que a participação democrática é aquela que é organizada. Democracia não é bagunça. No fundo e ao cabo, essa é a ideia do por que temos de pensar na gestão democrática.

Há algumas propostas para o ensino superior, mas eu deixo à disposição dos senhores.

No caso do regime de colaboração – e estou entrando no último item – o que é importante está na Constituição, no art. 211, mas há elementos de cooperação entre os entes federativos que deve ser regulado pela lei, e também há os elementos de colaboração. Há uma diferença entre eles. E o duro na hora de fazer um plano é que, por exemplo, na cidade de São Paulo estão presentes outros entes – Escola Técnica Federal, agora com outro nome, escolas estaduais, a própria Secretaria do Estado, estão todas aqui, daqui saem às verbas. Há um artigo nosso - não é Amanda? – tentamos pensar como devia ser, como é que o Estado, de fato, gasta na capital em suas unidades, etc. Isso é difícil para chuchu, mas se o Município não pensar em como é o atendimento da demanda em relação às escolas do Estado na cidade de

São Paulo, o Estado pode, por exemplo, praticar a sua política, por exemplo, fecho as escolas de ensino fundamental 1, com isso força a cidade a abrir mais escolas, devido à pressão popular. E toda a proposta de tentar diminuir o número de alunos por sala, de ampliar a permanência, vai por terra.

Esse assunto é delicado e, ao mesmo tempo, é necessário ter discussão, e uma tensão com a discussão com a rede estadual, até onde vai a sua responsabilidade? Em muitos casos talvez seja o caso de ser arbitrado. Olha, é até aqui, para podermos crescer assim assado. Falo isso porque na rede estadual tiraram simplesmente o Ensino Fundamental I e também começou no Fundamental II. Em várias cidades do interior o ensino está todo municipalizado, coisa que não tinham sequer conhecimento para tratar do assunto. Estou querendo dizer que a política de um ente federativo determina do outro. E a ideia do regime de colaboração, a dificuldade é determinar até onde vai um e outro. Por isso tem de haver acordo político, tem de colocar no papel, se não, fica complicado. Só no combinado, não dá.

Quando eu li no regime de colaboração em relação aos pais participarem das reuniões, achei ótimo. Começaria a pensar no seguinte: regime de colaboração com quem? O regime de colaboração é entre os entes federativos. Não dá. Na verdade, teria de se pensar na legislação. Eu começaria devagarzinho, assim: na cidade de São Paulo... Talvez seja, se entendermos assim, a colaboração do setor produtivo ou de serviço para os pais participarem das reuniões nas escolas, seria fazer uma legislação específica, já que estamos numa Casa de Leis. Seria então duas horas por semestre que poderiam participar das reuniões nas escolas. Talvez seja um negócio pensar numa legislação específica. E é entender como sendo a contribuição do setor produtivo, já que também vai ganhar com uma escola de qualidade. Mas vejam, é complicadíssimo, você vai tirar recursos do setor.

Quero lhes dizer que, muitas vezes, o regime de colaboração aparece como panaceia para resolução dos problemas, mas quando tentamos ver para o que servirá, de fato, fica complicado quando da sua realização.

Acho que legislações dessa natureza, e outra – que estou sugerindo – em relação a espaço, não há muito espaço para construção de escolas em São Paulo. Em compensação há um monte, mas um monte de prédios, de instalações industriais abandonadas. Certamente, a dívida ativa de IPTU deve ser enorme. Eu – do ponto de vista do financiamento da Educação – proporia ao Prefeito Haddad ou a quem vier que em função do uso social da propriedade, que essa dívida com a cidade deveria ser capaz de pegar os prédios, as instalações e transformar em habitação e também neles haver creches. Em vários deles, em prédios já há creches. Há um de advogados, no centro, onde a creche é no teto, é muito bacana. Quero lhes dizer que o uso social da propriedade, nos casos de dívida de IPTU, de ISS, seria transformar em recursos para Habitação, para o bem-estar da sociedade; e, de outro lado, usufruto, instalação de equipamentos sociais necessários, como na área da Saúde, na atenção aos idosos, aos doentes, às crianças. Isso seria extremamente importante. Mas, de novo, aqui há um enfrentamento de classes porque, muitas vezes, esses locais estão à espera da especulação imobiliária para poder vender e dar outra destinação aos recursos. Mas do ponto de vista do financiamento da Educação, serviria como base para dar conta da necessidade de equipamentos educacionais.

Era isso que eu queria falar.

Desculpem-me, passei no tempo.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Vamos ouvir agora o plenário. São três minutos em face o numero de inscritos.

O primeiro inscrito é José Roberto Alves da Silva. Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública.

O SR. JOSÉ ROBERTO ALVES DA SILVA – Bom dia a todos. Sou do COEP, Comunidade de Olho na Escola Pública, cria de gestão Paulo Freire.

Na gestão democrática discutimos o Plano lá em 97, e propusemos garantir

democracia nas eleições dos conselhos de escola, por segmentos e não acontece; programar os grêmios estudantis; eleição de diretores. E nas reuniões de pais e mestres é preciso acabar com esse negócio, só reclamar do aluno em vez de chamar os pais para participarem.

Também democratizar as relações entre pais, alunos, profissionais de direção e a colaboração só se dará com a participação no Plano Pedagógico, calendário escolar e a eleição – que não acontece – democrática do conselho de acompanhamento. Sabemos que há, mas nunca foi programado de maneira correta, segundo legislação já existente.

A progressão continuada deve garantir calendário para a recuperação, são necessários 200 dias efetivos, os profissionais devem ser avaliados periodicamente. E finalizando: os recursos devem ser garantidos os antigos 30% na manutenção e desenvolvimento do ensino. Os desvios havidos são gastos em uniformes e com a não prioridade – que é obrigação do município – com a educação infantil e fundamental.

É acabar com esse negócio de pegar o dinheiro da Educação e gastar com esse monstro, com o CEU, desviando para outras secretarias os recursos da Educação.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – O próximo é o Sr. José Donizete Fernandes do Sinpeem.

O SR. JOSÉ DONIZETE FERNANDES – Bom dia a todos. Cumprimento o Vereador Toninho Vespoli, em nome de quem cumprimento os demais membros da Mesa.

Hoje na rede há 672 CEI – Centros de Educação Infantil indiretos. Não concordarmos com qualquer estrutura que seja ligada à privatização, a ONGs. Financiamento público pra Educação tem de ser para escola pública. Verba pública somente para escola pública. Essa é uma luta da sociedade brasileira, desde os anos 30, com os pioneiros da Educação.

Vejam bem, a infraestrutura das nossas escolas é medieval. Resta aos professores

giz, lousa e saliva, enquanto que a sociedade avança na linha da tecnologia e da informação. Portanto, teria de ser universalização de direitos, mas faltam 150 mil vagas na Educação Infantil de São Paulo, isso sem considerarmos as creches indiretas, com as quais não concordamos.

As EMEF – Escolas Municipais de Educação Fundamental perderam completamente a sua caracterização social do trabalho com Educação. As EMElS não tem trabalho porque as condições de infraestrutura são precárias. Nossas salas de aula se assemelham as da Idade Média.

Com relação ao financiamento, pensando no que o Rubens falou, concordamos plenamente com o financiamento. Tem de retornar os 30% do Orçamento para Educação e manutenção do ensino.

Por último, sobre o regime de colaboração, é inaceitável que a cidade de São Paulo nos últimos anos, especialmente no Governo Marta, Kassab e Haddad, o assistencialismo na rede municipal do ensino levou o Estado a não ter responsabilidade com o ensino fundamental. Hoje quem atende majoritariamente o ensino fundamental da cidade de São Paulo é o Município de São Paulo. É necessário que a União colabore com os seus 18%, transferindo recursos para a cidade de São Paulo; para o Estado, 25% e a cidade de São Paulo com 30% para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. É inaceitável que a cidade de São Paulo assuma toda responsabilidade por oferecer o ensino fundamental, e ainda para a educação infantil, e essa está constitucionalmente definida. É, para nós, inaceitável.

Com relação à gestão democrática, nós a entendemos com a ampliação e fortalecimento dos conselhos. Não entendemos que desde o Conselho Nacional de Educação passando pelos conselhos estaduais e pelo Conselho Municipal de Educação seja indicação. Entendemos que nas escolas municipais de São Paulo há experiência quanto aos conselhos. Não é verdade que os conselhos não funcionam nas 1.470 escolas da rede municipal de ensino, que não têm qualidade. Ao contrário, o ex-secretário Municipal Alexandre Schneider

alterou a proporcionalidade dos conselhos de escola. Hoje a maioria nos conselhos das escolas são pais. Não entendemos que a gestão democrática seja uma questão de mexer na carreira que hoje há no ensino municipal. Entendemos que a carreira tem de ser privilegiada, valorizada. Não temos de destruir a carreira para programar a gestão democrática. A gestão é uma questão de participação. Escola sem grêmio, aonde os conselhos de escola não funcionam, onde o ex-secretário Schneider tirou do conselho boa parte da representação política ao tirar de lá a eleição do secretário de escola e assistente de direção, isso não dá à rede municipal de educação a valorização da gestão democrática. Para nós, a gestão é uma questão de participação. Alguém disse: participação se aprende. Aonde se aprende? Aprende-se nos grêmios, e não há grêmios nas escolas. Os conselhos não participam em função da falta de representação, da falta de importância política dos conselhos.

O PDDE, a verba que vem do Governo Federal, é discutido no Conselho de escola, mas o PTRF não é; a verba de adiantamento bancário não é. A existência da APM é uma excrescência porque a verba e a manutenção e desenvolvimento da escola deveriam passar pelo conselho. É lá conselho que se aprende a fazer democracia, é onde se fiscaliza e se organiza um ensino de melhor qualidade para a cidade de São Paulo.

Essencialmente, o Estado de São Paulo precisa no regime de colaboração passar a ser responsável pelo ensino fundamental. E a gestão democrática, para nós, não é eleição de diretor de escola, de supervisor. Pergunto aos companheiros se concordam em eleger o presidente do Conselho Municipal de Educação, o presidente do Conselho Nacional de Educação, concordam com essa eleição? É um ataque frontal à carreira dos educadores da rede municipal de ensino, construída no Governo Luiza Erundina, com a participação do Paulo Freire.

Para concluir, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais há eleição para diretor de escola. Pelo que sabemos, nesses dois Estados, e na Bahia, com o Governo Jacques Wagner, há eleição para diretor de escola. E lá a questão democrática não avançou apenas porque tem

eleição para diretor. Veja bem, a questão democrática é no chão da escola, é com grêmio, é com eleição participativa, é transferindo responsabilidade financeira para unidade escolar, sendo unidade de gasto para ser debatido no conselho de escola, e não simplesmente elegendo esse ou outro cargo que vai significar que a gestão é democrática.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Próximo inscrito, Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Primeiramente, quero cumprimentar o Vereador Reis e o Vereador Vespoli. Também saúdo a todos e a todas. Estamos aqui para discutir uma melhor Educação para a cidade de São Paulo.

Sou Laerte Brasil da União Global do Trabalho e Cidades. Sou formado no exterior em Engenharia de Tecnologia e Ciência do Esporte. Sou também professor de artes marciais, de esgrima; joguei futebol profissional por dois anos; especializei-me em atletismo e outras modalidades.

Um dos eixos da União Global Trabalho é que para se formar uma nova sociedade para o novo mundo do trabalho e do empreendedorismo, é preciso investir em políticas públicas para formarmos um novo cidadão.

Desde o descobrimento do Brasil, levando-se em conta principalmente o regime militar, que sucateou o sistema educacional do país, não houve essa formação.

Um ano e meio antes da Marta se eleger Prefeita da cidade de São Paulo, eu idealizei a instituição dos CÉUS, que é a integração de um centro educacional, esporte e cultura. Seriam construídos 96 nos 96 distritos, e seriam equipados até com pista de atletismo. Aqui em São Paulo é um absurdo, somos 12 milhões de habitantes, um verdadeiro país e só há três pistas de atletismo. Na França, por exemplo, em cada bairro há uma pista.

O não avanço ajudou na não formação esportiva nas escolas.

Fizemos um estudo, uma pesquisa que vamos publicar na rede mundial de computadores e *tablets*. Os Jogos Olímpicos se aproximam e vamos perder medalhas de prata,

bronze e ouro para países vizinhos, como a Argentina. É uma vergonha.

Somos um país rico, a sétima economia do mundo e não há atletas para batermos recordes, e nas Olimpíadas que vão ser realizadas no Brasil. Batemos sim recorde mundial em acidentes automobilísticos, em acidentes de trabalho, em corrupção, em crime organizado, assassinatos. Assim é o nosso país.

Quanto à exploração do professor, o salário de um professor universitário, é um verdadeiro absurdo. O professor trabalha para ganhar pouco. Além de trabalhar na escola, chega em casa e vai até uma da manhã, com todo um trabalho a ser feito em casa. E uma professora de nível fundamental e médio, na França, ganha 30 vezes mais do que um professor de nível universitário no Brasil. Essa é uma verdadeira discrepância salarial num país que é a 7ª economia do mundo.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. JOÃO GALVINO – Bom dia a todos e todas.

Eu estava ouvindo a exposição do Professor Rubens, a quem quero cumprimentar.

As audiências, realmente, do ponto de vista didático, foram organizadas corretamente. Hoje, na última audiência, discutimos o financiamento da educação.

Quero cumprimentar o Vereador Reis, Presidente da Comissão, e o Vereador Toninho Vespoli, Relator.

O Plano Municipal da Educação apresentado nas audiências públicas é para 10 anos e é ousado.

Temos que fazer muitos esforços para que possamos implementá-lo.

Na questão do financiamento o grande embate da Cidade – falando da rede municipal de educação – é o quanto vai para a Educação. Na estratégia do plano, consta 30%, depois, mais 5% para educação inclusiva.

Estamos falando de financiamento, e a grande questão que gostaria de apresentar

ao Professor é a seguinte: diante dos recursos, dos impostos que a Cidade arrecada, sem falar em verbas de transferência, como faríamos isso?

Outra: tudo que discutimos formação, qualidade da educação, o investimento, o índice – inclusive, estamos implementando um trabalho sobre os referenciais de educação da educação infantil.

A educação infantil, graças à nossa legislação, as creches conveniadas ou as CEIs, acho que em algum momento acontece um falso debate, mas a questão é como implementar, gastar, com isso, com que financiamento para cumprir nos 10 anos.

Pelo que o Rubens apresentou, a evolução do financiamento e gastos com a educação de 2002 para cá, se entendi bem, começa a partir do Fundeb, uma evolução lenta, mas com mais gastos na educação, principalmente, com a educação básica.

Este fundo foi uma política de governo – infelizmente, no Brasil, ainda são políticas de governo.

Debates periféricos, às vezes, atrapalham a discussão do avanço e da implementação do financiamento.

O investimento no centro da Cidade – sabemos que os imóveis estão aqui para serem ocupados. Como repovoar o centro para que os trabalhadores e a classe média ocupem e valorizem o centro, porque educação está intrínseca em todas as ações na cidade.

Para concluir, a questão da gestão democrática: no que conseguimos avançar, porque não temos indicação de diretor. Esse é um avanço. A nossa carreira é um avanço porque é melhor o concurso público que a indicação, sem sombra de dúvida.

A questão da eleição do diretor não garante a gestão democrática.

Como construímos uma carreira referência para o Brasil, devemos colocar de lado a questão da carreira, mas discutirmos a gestão democrática, que é a participação dos pais na escola.

Entre nós, os profissionais da educação, o debate flui, mas, infelizmente, sem a

participação dos alunos nos grêmios e a sociedade não está garantida a gestão democrática do ponto de vista de uma educação libertadora.

Sobre a gestão, concordo com a intervenção do companheiro do sindicato, porque é claro que não podemos discutir somente a democracia nas escolas, temos que discutir nos nossos conselhos estadual, municipal e federal.

Obrigado.

O SR. JORGE – Bom dia a todos.

Temos uma proposta complementar: diante da dificuldade de terreno e do elevado custo para construção de creches e contratações de funcionários, a Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação e as coordenadorias regionais fariam parcerias com escolas particulares de educação comprando e fiscalizando as vagas disponíveis, com o custo negociável de 550 reais, baseado no que vai para a conveniada que é de 468 reais, se não me engano, por aluno, que serão repassados diretamente à unidade escolar, mediante o controle de frequência e recibo.

Nas diretrizes da PME essa proposta resolveria o problema da demanda, contribuindo com o planejamento anual de gestão municipal, atendendo a solicitação do Ministério Público.

Calcular a média de demanda de cada região através das coordenadorias, fazendo uma projeção de custo para ser incluída no orçamento municipal de 2015.

Essa proposta vem atender os direitos das mães de ter seus filhos nas creches para poderem trabalhar para sustentar suas famílias, como manda a Constituição.

As propostas municipais do Prefeito, no período de sua gestão, não dão conta de suprir a demanda atual. Em contrapartida, nossa proposta vem de encontro às necessidades imediatas da mãe que precisa trabalhar, solucionando um problema crônico social.

Não estou dizendo para o Prefeito não construir creches. Ele deve continuar construindo normalmente dentro do seu projeto.

A mãe não pode esperar a construção da creche para ir para o mercado de trabalho. A partir do momento em que ela fica em casa cuidando do seu filho, ela deixa de trabalhar.

A maioria das mães que têm três ou quatro filhos não foi para o mercado de trabalho.

Fizemos uma estatística na nossa organização e reparamos que quando a mãe não tem onde deixar suas crianças, ela fica ociosa, o que gera mais filhos e mais demanda.

O SR. JOÃO ALBERTO – Bom dia. Minha saudação a todos os componentes da Mesa, especialmente, aos Vereadores Reis e Vespoli, que estão democraticamente conduzindo esse processo complicado de melhoria do Plano Municipal da Educação.

Ficarei restrito à gestão democrática.

Realmente, como já foi dito, a gestão democrática não se faz no momento de provimento de cargos, mas se faz no dia a dia das escolas.

É uma moeda extremamente valiosa para toda a sociedade. Como toda moeda, tem dois lados: nós precisamos, sim, urgentemente, o fortalecimento dos conselhos e da organização de pais, dos estudantes que são, infelizmente, os mais desorganizados nas escolas. Mas essa moeda tem outra face que é o fortalecimento da carreira dos gestores.

Nós precisamos que o gestor seja independente de grupos majoritários e de compromissos partidários. Por isso, temos que defender o concurso público de acesso como a forma de tirar, dentre os professores titulares de cargo com formação em Pedagogia, aqueles que vão ter a imensa responsabilidade de gerir os processos democráticos dentro da escola.

Quanto às eleições, temos, necessariamente, que apontar uma série de situações que são omitidas por aqueles que as defendem.

A primeira é que não é uma exclusividade de São Paulo eleição de gestor. Ela acontece em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Distrito Federal, no Rio de Janeiro e no Mato Grosso.

Em segundo lugar, temos quer apontar que o STF considerou inconstitucionais todas as leis que propuseram eleições para cargo de gestor. Todas as ADINs julgadas no Supremo Tribunal Federal foram consideradas inconstitucionais e, por isso, estão arranjando essa saída de dizer que não é cargo, é função. Isso piora porque na função fica muito claro que é um cargo de confiança do governo, ainda que eleito. O governo decide quando é a eleição, quem participa, quais os requisitos, como acontece e tem o direito de, como já aconteceu no Brasil, destituir o diretor a qualquer momento, porque não é um cargo de provimento efetivo, e a Constituição diz que se não é cargo de provimento efetivo é cargo de confiança do governo, portanto, o governo pode, a qualquer instante, tirar o representante de lá.

Outro dado importante: vemos com quem é o compromisso dos eleitos. É assim que temos eleição. O compromisso da imensa maioria dos que elegemos é com o eleitor ou é com quem financia a sua campanha? Na USP. O compromisso do Reitor eleito é com os eleitores ou é com o Governador? É isso que nós vemos na prática neste país.

Temos que apontar porque é um fato muito claro: eleição de diretor, de gestor, está ligada a cargo de confiança do governo.

Por último, temos que falar das cartas marcadas nas eleições.

O fato de ter grupos majoritários que tenham compromissos político-partidários faz com que, em muitos lugares, 70% das escolas tenham candidato único nas eleições para diretor, porque já se sabe quem vai ganhar e quais forças decidirão o resultado da eleição. Por isso, estamos aqui nesse embate para defender o concurso público para os cargos de gestor que é a garantia de democratização do processo. Foi isso o que ficou decidido na Conae realizada aqui em São Paulo.

Queremos que o Plano Municipal da Educação retrate o que foi votado neste Município, na maior plenária da Educação que já ocorreu, quando os delegados presentes votaram pelo concurso público como a melhor forma para o provimento dos cargos de gestão.

Queremos que o Plano, realmente, traga de um lado a configuração do que foi

votado na Conae municipal que é o concurso público e de outro, o fortalecimento e todas as iniciativas necessárias para que a organização dos pais e dos estudantes aconteça e que tenham todas as condições de participar não só uma vez a cada ano ou a cada dois anos, mas todos os dias dentro da gestão da escola. (Palmas)

A SRA. AMANDA – Bom dia a todos e todas. Gostaria de parabenizar a Comissão de Educação pela realização da audiência pública e a fala do Professor Rubens que traz uma série de questionamentos, bem como a importância de pensarmos em mecanismos para a ampliação de recursos para o financiamento da educação na cidade de São Paulo, a cidade mais rica do país. São desafios que estão colocados.

Começo minha fala pela questão do financiamento da educação, sugerindo: primeiro, reforçar a importância da meta de financiamento, pois sem ela o plano não tem chances de execução; inserir estratégias, como o Professor Rubens falou, para, realmente, implementar o IPTU progressivo; colocar a necessidade de garantir maior transparência orçamentária, ampliando o controle social e a fiscalização dos recursos, de forma a combater sonegação e monitorar a distribuição dos recursos de forma satisfatória; reforçar a ampliação do acesso e transparência dos dados educacionais, orçamentários e financeiros.

Com relação ao regime de colaboração, uma sugestão seria um plano da cidade de São Paulo que envolva os três entes federados e o privado. É importante garantir estratégias que promovam o diálogo entre os três entes federados.

Com relação ao ensino médio, o Município ainda tem escolas de ensino médio, valeria à pena, nesse Plano, adequar essa situação. Uma estratégia sugerida para a meta de ensino médio seria que o Município deixe de ofertar, num prazo de quatro anos, essas escolas, priorizando o atendimento da educação infantil, ensino fundamental e EJA, que é de sua responsabilidade.

Também na Estratégia 1.8 há a previsão de realização de reformas de médio e grande porte e essas reformas estão previstas apenas para a Secretaria de Educação

Municipal. Então, prevê as atribuições das outras esferas administrativas.

Ainda sobre o regime de colaboração, aqui uma problematização: se valeria a pena colocar, por exemplo – e acho que fica como um desafio para pensarmos, uma meta sobre regime de colaboração com algumas estratégias específicas no que cabe a essa relação entre Município, Estado e União. Também, sugerir a criação, no artigo 7º, de uma comissão permanente de negociação, cooperação e pactuação entre o Município e o Estado, tal como está previsto no Plano Nacional de Educação, envolvendo também a União.

Também gostaria de sugerir que no artigo 6º, quando se fala das conferências de Educação, que se coloque que elas sejam articuladas e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação, que é algo que não está previsto no Plano.

Ainda com relação ao Fórum Municipal de Educação, no artigo 12 está previsto que o Poder Executivo Municipal é que encaminhará o projeto de lei ao Executivo. Aqui, gostaria também de sugerir que se coloque o Fórum Municipal de Educação nesse processo. Então, que o Fórum elabore a proposta de Plano e que depois seja encaminhada, pelo Executivo, ao Poder Legislativo, mas que o Fórum apareça nesse processo.

Com relação também ao financiamento da educação, na Estratégia 1.9, há a estratégia de realização de cálculos dos módulos de pessoal e recursos financeiros e a sugestão é apresentar prazo e atualizar esses cálculos a cada dois anos, por exemplo.

Antes de encerrar, queria sugerir, com relação à gestão democrática, na Estratégia 17.2, que se coloque a necessidade de criar condições e capacidade técnica, sobretudo no momento de elaboração da proposta e da realização das conferências. Então, dotar o Fórum de capacidade técnica para isso e tirar, na composição dele, a paridade, porque o Fórum tem que ser majoritariamente de representação da sociedade civil, já que é um órgão de mobilização social e popular na Cidade para a construção de planos de forma mais participativa.

Com relação à Estratégia 17.8, acrescentar o caráter fiscalizador para o Conselho

Municipal de Educação, porque ele não está com esse caráter.

Rapidamente, também, queria sugerir que o Centro de Pesquisa e Informação, que está na Estratégia 1.3, que está na Meta de Financiamento, que esse Centro também apareça nos artigos iniciais do Plano para que ele também subsidie com outros dados e informações, não só de financiamento da Educação.

Por fim, queria trazer uma pergunta: até quando ficará aberta a possibilidade de inserção de emendas, como está colocado no *site* da Câmara, para essa minuta? Para que também outras pessoas que não tiveram oportunidade de participar das audiências públicas, possam, sim, se planejar para enviar emendas ainda nesse período.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Maria Guilhermina Garcia, do Centro de Estudo, Pesquisa, Educação, Cultura e Ação Comunitária.

A SRA. MARIA GUILHERMINA GARCIA – Bom dia a todos. Serei bastante objetiva. O Cenpec traz duas contribuições com foco na gestão democrática. Uma se refere à Meta 19, que fala dos Planos Regionais de Educação. Nossa sugestão é incluir uma estratégia de viabilizar mecanismos de incentivo à cultura colaborativa entre escolas do mesmo território. Isso está baseado em uma pesquisa que fizemos na cidade de São Paulo, caso alguém tenha interesse – não me deterei nisso agora.

Outra se refere à Estratégia 9.2, que está na Meta relativa à educação de tempo integral, que fala que a extensão do tempo de permanência dos estudantes deve estar em consonância com o projeto político pedagógico de cada unidade escolar. Sugerimos a inserção de consulta à comunidade do território onde a escola está inserida.

As outras duas observações são mais gerais. Em relação ao texto, já foi dito em outras audiências públicas - mas é importante retomar, e tem a ver um pouco com a fala do professor Rubem em relação aos Conselhos – que as metas prevejam metas intermediárias e

indiquem, nas estratégias, as instâncias responsáveis e os fluxos, para que isso de fato se efetive.

A última é a importância de prever um cronograma que permita a aprovação do substitutivo ainda em 2014. Uma vez que ainda temos um processo pela frente, não correríamos o risco de haver uma descontinuidade desse processo democrático da elaboração do substitutivo do Plano Municipal. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado. Tem a palavra a Sra. Benê, do Sinesp.

A SRA. MARIA BENEDITA DE CASTRO DE ANDRADE – Bom dia a todos os presentes. Bom dia, Vespoli, Reis, Rubem – é um prazer tê-lo conosco.

Vou fazer uma observação em relação à estratégia 17.1. Ela fala de formação de Conselhos, começando pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb. A formação é tão necessária! Se você pergunta a um Conselheiro sobre alguma irregularidade, alguma coisa não muito bem detalhada, alguma falta de dados, a quem você recorre? É uma dúvida muito grande. Uma vez, participamos de um evento de formação de Conselheiros do Tribunal de Contas da União, e uma pessoa apontou o Tribunal de Contas como órgão máximo de recurso no caso do Fundeb, mas acho que uma formação é necessária.

Outra coisa que está dita nessa meta é sobre o Conselho Regional. O Conselho Regional está criado por lei no Município de São Paulo, mas até agora não foi implementado.

Então, é importante a formação de um Conselho nas DREs? Sem dúvida. As DREs lidam com verbas, têm todo um gerenciamento, e o Conselho tem que existir. Ele foi criado por lei, mas até agora não está efetivado.

Defendemos uma formação contínua, não basta uma formação inicial. O Conselho Municipal de Educação tem como atribuição, segundo levantamento que até a Ação Educativa fez e disponibilizou para nós, a formação de Conselheiro, mas isso até agora não ocorreu.

A segunda questão que eu trago, que a Ananda já falou, é retirar do texto da Meta 17.2 o termo paritário. Queremos a composição do fórum à semelhança do Fórum Nacional de

Educação, onde não existe a paridade. A prevalência é realmente da sociedade civil.

Por última, o caráter deliberativo do Fórum. O Fórum não pode ter caráter deliberativo. Acabamos de construir um regimento, e isso não está presente. Então, tem que ser retirado do texto.

Quero levantar outra questão. Tivemos hoje a presença de um representante do Governo Municipal, o João, velho companheiro. O que esperamos de financiamento do Governo? Como o Rubens colocou muito bem, na primeira versão do Plano que veio à Câmara Municipal, a 415, não havia uma meta de financiamento. A Comissão Executiva, que estava desde o início na organização do Plano Municipal de Educação, procurou o Secretário Municipal de Educação - que tem um acúmulo imenso de financiamento e até livro escrito. Como Secretário Municipal – a LDB diz isso -, é ele quem tem que cuidar das verbas da educação. Então, procuramos o Secretário para que ele pudesse ter uma ação efetiva, uma contribuição ao elaborar a meta de financiamento, que estava faltando. A meta foi construída pela equipe dos dois Vereadores. A gente considera que é de muita relevância o que está aqui. Os 30% da educação são, como diz o Cortella, essenciais. Então, o que se espera do representante do Governo? Não dizer que não há dinheiro, mas de que forma o Governo pode agir para dar conta do que está aqui. Não queremos saber que não há recursos hoje. A obrigação do gestor municipal é arrumar formas de gestão, essa é a função dele. Ele tem de trazer a esta Casa o empenho do Governo em atender à meta dos 30% da educação bem como outra coisa que consideramos de muita importância: a definição do custo-aluno-qualidade.

Por último, quero mostrar a relevância de uma meta que está aqui também relativa a financiamento. É importante o Conselho de Escola numa situação de reforma de escola. Hoje, quando se vai fazer uma reforma em uma escola, o projeto já vem pronto. Estamos falando sobre o envolvimento das DREs e da Secretaria. Não tenho o número da estratégia para citar, mas isso está escrito. Precisa haver uma ação efetiva do Conselho de Escola. O

Conselho de Escola é que sabe o que é necessário na escola, o que há de problema, onde é necessário avançar para que haja melhores condições de trabalho.

Para finalizar, reforço o que o meu colega já falou em termos de gestão democrática. Acreditamos que isso é um processo em construção. O Sinesp está se empenhando nessa formação. Temos conversado com o Creci nesse sentido e tenho sentido que iremos avançar, porque precisamos construir sim. Estamos em um mundo novo, de diálogo, de relações horizontais, e o Sinesp, como representante dos gestores na cidade de São Paulo, representante legal pelo Ministério do Trabalho, não pode se omitir em uma questão de suma importância para melhorar a qualidade do ensino. Muito obrigada, e parabéns a esses Vereadores, que se mostraram dispostos e trouxeram todo esse processo até aqui. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. A próxima inscrita é a Sra. Kesia, do Creci.

A SRA. KESIA ALVES – Bom dia a todos. Quero cumprimentar os Vereadores, porque há muito tempo nesta Casa nós, da sociedade civil, principalmente do Creci, vimos cobrando que pudéssemos ter representantes parlamentares nesta Casa que realmente dessem voz ao povo e colocassem em prática suas reivindicações.

Em relação ao substitutivo, consideramos que houve realmente uma escuta e uma completa representação das nossas falas, pois fizemos um grupo de trabalho para ajuda-los nessa tarefa. Vocês estão de parabéns. Estamos realmente muito felizes, pois essa era uma reivindicação muito antiga, e se materializou.

Também estamos contentes porque passamos de 2 minutos de tempo de fala em audiência pública para 3 minutos, e tivemos, em audiência anterior, 4 minutos. Isso é um avanço em relação a uma crítica antiga que eu, como representante da sociedade civil, fazia sempre. Dois minutos era um tempo muito curto para externarmos nossas reivindicações e contribuições.

Em relação à Meta 17.6, depois de “entidades representativas”, que pudéssemos acrescentar “e Conselhos de Escola”. Porque o texto atual, com o acréscimo, deveria ser o seguinte: “(...) garantir a representação de todos os segmentos da comunidade escolar por meio de suas entidades representativas e dos Conselhos de Escola”.

Na Meta 17.8, onde consta “(...) instalar Conselho Municipal Paritário de Educação com caráter consultivo e deliberativo com composição de representantes da sociedade civil”, gostaríamos que fosse acrescido “eleito por seus pares”. Porque hoje, no Conselho, a representação da sociedade civil é de apenas 3 vagas, indicadas pelo Executivo.

Na Meta 17.12, no final, gostaríamos que fosse acrescido “através dos Conselhos de Escola”.

Nossa contribuição para o texto é essa.

Gostaria de pontuar que a gestão democrática não se remete somente a essa meta, vai muito além disso. E não é com a implantação desse Plano que conseguiremos a gestão democrática. Vamos ter que ter um grande debate, um grande embate com todos para conseguirmos efetivamente implantá-la.

Tenho uma discordância: a participação da gestão democrática não é do segmento de pais e alunos. Temos que avançar muito no segmento dos profissionais de educação, que, em sua maioria, não participa por vários motivos, os quais não temos tempo de debater aqui. Temos que fazer um debate maior sobre isso. Precisamos da participação de todos, todos os segmentos são importantes. Nos debates, temos que colocar o dedo na ferida. Os horários das reuniões do Conselho de Escola são um câncer, e temos que debatê-lo. Temos que debater também a presidência dos Conselhos de Escola, pois 90% desses cargos estão nas mãos dos diretores, 5% nas mãos dos profissionais de educação e os 5% restantes nas mãos dos pais. Temos que debater também a participação dos alunos, principalmente das EMELs, porque, se quisermos um cidadão que participe, ele tem que começar a exercer sua cidadania desde sua infância.

Tenho muitas coisas mais a falar, como o Conselho do Fundeb, que está passando por uma crise terrível, pois não temos formação. Estamos há quase 2 anos, já terminando o mandato, e nunca tivemos formação, não temos estrutura, não temos nada. Governo municipal está sabendo isso e também o Governo federal.

Peço licença a vocês para o seguinte. Como mulher, não posso ficar calada com uma fala que houve hoje, que desrespeita totalmente vários artigos da Lei Maria da Penha. Infelizmente, tenho um problema de concentração, de saúde, e não ouvi a apresentação desse senhor, não registrei seu nome, não conheci saber a quem ele representa. Mas me preocupa muito, pois não sei se ele representa um segmento, ou um grupo, ou se ele é um profissional de educação. Não sei se vocês têm a possibilidade de acompanhar, mas 80% dos casos de violência contra as mulheres – e não me refiro somente à violência física, mas também emocional – parte dos jovens. O racismo está vindo dos jovens. Um profissional de educação que tem uma fala como essa é lamentável, pois ele é formador de opinião. Isso me preocupa muito e eu gostaria que pudéssemos fazer esse debate, porque não dá mais para suportar. As mulheres e as crianças do gênero feminino estão sofrendo muito nas escolas por comportamentos como esse, que, desde o século XX, são comuns. Eu gostaria muito de deixar registrada minha indignação. A gente vive em uma democracia e temos que respeitar a fala de todos; mas, infelizmente, não dá para se calar diante de uma questão como essa. Obrigada e desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. José Adão, do Movimento Negro Unificado.

O SR. ADÃO – Quero parabenizar o Professor Rubens pelo aprofundamento da pesquisa e também por nos revelar claramente a veracidade das coisas. Se necessitamos de cinco Planos Nacionais da Educação para simplesmente chegar perto da média da nossa IDEB, isso mostra o quanto não existiu de educação nos últimos tempos. Mostra também que, aquilo que se apregoa do Brasil lá fora, da posição que ocupa, e se há essa LOA para uma

educação pública de qualidade, essa qualidade foi usufruída por poucos.

Ontem, em entrevista, o cantor Fagner fez muitos elogios à escola pública onde estudou, em Fortaleza. Assim como outras pessoas elogiam o ensino do Caetano de Campos. O nosso grande poeta Guilherme de Almeida, no poema Hino dos Bandeirantes, reverencia os índios e os bandeirantes, mas nós, negros, não existimos. Assim como não existimos no monumento em homenagem aos heróis de 32 nem na educação, muito menos na USP. Só que agora nós queremos existir nesses anos à frente.

Por isso, reivindicamos, sim, que haja formação dos professores na rede municipal, na rede estadual, na rede privada em relação à Lei. 10.639 e à Lei 11.645, porque nós, negros e indígenas, somos os construtores deste país e, já que este país quer ter um olhar igual a todos, como num país desenvolvido, ele tem que olhar para nós também.

A minha proposta, portanto, é que seja instituído um fundo soberano educacional que gerencie as verbas institucionais de investimento em educação, dos *royalties* do Pré-Sal, dos lucros do petróleo e que se emitam títulos de longo prazo para que consigamos construir uma educação de qualidade.

Em relação ao Plano Nacional de Educação, aquilo que é justo e útil para que nos igualem ao CDE, que seja feito desde este momento. Temos que ter controle social sobre isso, que tem que ser construído pelos professores, pelos pais e pelos estudantes para que, no futuro, os gestores da educação se orgulhem de estar do nosso lado. Um regime de colaboração se constrói com colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Aparecida Teixeira, do Sinesp.

A SRA. APARECIDA TEIXEIRA – Bom dia a todos. Meus cumprimentos especiais aos Vereadores presentes, que estão fazendo acontecer estas audiências, que são muito importantes para todos nós. Cumprimento o meu querido e amado Rubens, com quem trabalhei e é uma pessoa por quem tenho muito respeito.

Muitas vezes, discutimos matemática, mas não sabemos dos problemas que

acontecem no cotidiano da nossa escola. Quem faz a escola é que sabe dos problemas que enfrentamos.

Quero, então, falar um pouquinho do retrato da rede, assunto que estamos trabalhando em todas as Comissões da Câmara Municipal, que aponta vários problemas na educação. Para avançarmos no Município, temos que solucionar problemas, e, na nossa rede, uma das coisas mais graves que aconteceram este ano, segundo a pesquisa, é que a Secretaria Municipal de Educação não nos escuta quando da resolução de problemas. Se isso acontece, já estamos muito além, porque essa pesquisa não aconteceu somente este ano, ela está sendo construída há muitos anos e todos os anos ela é entregue aos Secretários de Educação para que tomem conhecimento da realidade em que as escolas estão inseridas.

Terminamos o congresso ontem com 100% do plenário pedindo autonomia para as escolas, que estão engessadas porque os governos não têm um plano de governo consistente que perdure ao longo de suas gestões. Eles trazem programinhas isolados, arrebitados, que já sabemos que não vão dar certo no futuro, que já estão fadados ao fracasso.

Antigamente, a responsabilidade de não aprender era do aluno. Depois, passou a ser do professor, que não ensinava; hoje é do gestor, que não funciona para dirigir a escola.

A falta de um projeto é um desrespeito à realidade das escolas, porque não dá para comparar dados de uma escola da periferia com os de uma escola central nesse IDEB, nem nas avaliações municipais, porque cada escola é um loco privilegiado de ensino.

Isso tem que ser modificado, porque é um desrespeito também com o conselho de escola, porque ele está fazendo seu papel e precisa, sim, de formação, de acompanhamento, de melhorar as avaliações, mas dentro daquilo que cada um sabe que está fazendo melhor.

Outra coisa em relação à gestão. Evidentemente, a gestão democrática precisa ser melhorada, aprofundada, discutida com todos, pois todos nós queremos uma gestão democrática em todos os lugares, não só na escola. Quando vou a um posto de saúde, quero que lá também tenha uma gestão democrática. Por que gestão democrática tem que ser só

para o diretor de escola para botar o seu cargo na força, transformando-o em função? O caminho não é esse. Os entes federativos precisam ter autonomia para gerenciar suas carreiras, e aqui, em São Paulo, temos concurso para diretor de escola e não vamos abrir mão disso, de jeito nenhum. É por essa fundamentação que as coisas vão fazer muito mais sentido no espaço da escola. Esse é o caminho e não podemos ficar reféns de grupos; não dá para ser de outra forma.

A democracia não se faz por meio de preenchimento de cargo, em indicação, em eleição nem em concurso, porque isso é da pessoa. Sabemos que crianças que tiveram pais democráticos são mais democráticas; alunos que tiveram professores democráticos são mais democráticos. Então, isso é da pessoa e ela tem que aprender em sua formação ao longo da sua vida e não restringir a cargo; isso é muito pouco.

Por isso, o maior papel que existe na educação é o investimento na formação, no acompanhamento e na melhoria da avaliação. A escola pública é avaliada por pessoas como se fosse a pior, e não é assim, porque ela conta com 80% ou mais de alunos, ela democratizou em quase 100% o seu acesso. Já aspectos como financiamento e formação não chegaram ao mesmo compasso para a escola. A pesquisa aponta que todos os nossos alunos que estão na USP são os melhores.

Então, a escola pública vai mal porque os governos apresentam projetos inadequados à escola, não a escuta e não lhe dá autonomia.

Quanto ao financiamento, algo que tem que ficar muito claro é que o Sinesp participa de vários conselhos, que não demonstram transparência nos dados, embora solicitados infinitas vezes. Precisamos deixar muito claro a importância de esses dados chegarem aos conselhos de forma transparente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Maria Célia, presidente do Conselho de Escola do CEI Vila Perus.

A SRA. MARIA CÉLIA – Bom dia a todos. Eu gostaria de fazer um destaque para a questão da formação dos conselheiros. Acho que isso é fundamental. Entre 2000 e 2002, o Governo, por meio de uma reivindicação da rede, ofereceu um curso de formação para conselheiros pelo Instituto Paulo Freire. Essa discussão ainda estava começando a chegar à educação e ainda não tínhamos conselhos nos centros de educação infantil, as antigas creches. Fizemos esse curso, que foi fundamental para a eleição do conselho, porque pudemos conhecer e aprender o que é o exercício da democracia.

Todo mundo fala em democracia, mas o importante é como exercitar essa democracia. O difícil é o exercício à democracia. Por quê? Porque a população não tem histórico de participação. Nós ficamos, durante anos, proibidos de participação. Então, a formação é fundamental. Tanto os educadores como os pais fizeram esse curso, e a primeira eleição que nós fizemos foi muito importante. O que eu aprendi hoje aplico no dia a dia. Espero que essa questão da formação não fique só no papel, porque o pai não tem conhecimento. Se não houver uma pessoa que conheça a legislação, para poder fomentar esse espaço de democracia, isso não vai acontecer. Se houver uma pessoa que não tem conhecimento e não dá tanta importância a esse exercício da democracia, não vai adiantar. Vai estar apenas no papel. Então, eu acho que é fundamental investimento na formação dos conselheiros de escola. Eu sou Presidente, uma mãe é Vice-Presidente e outra mãe é Secretária.

Só para os senhores terem ideia, nessa semana, a gente pediu uma reunião na diretoria regional. O conselho esteve presente para entregar um abaixo-assinado, por conta da situação da falta de funcionários, de professores e de ATEs na escola. Esse é o papel do conselho. Não é um conselho só de fachada.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Romildo Rodrigues, do Sinpeem.

O SR. ROMILDO RODRIGUES – Bom dia a todos. Não basta que a gente deseje a participação. Eu tenho certeza que os Vereadores Toninho Vespoli e Reis contavam com todas

essas cadeiras cheias e mais gente do lado de fora, se possível, com um telão, para as pessoas poderem participar. As condições, dentro do possível, foram dadas. É um sábado de manhã. Dentro do possível, essas condições foram dadas. Não basta esse desejo de participação. Nas escolas, vamos ser muito honestos, é difícil montar conselhos. Muitas vezes, não existe essa cultura da participação. Por muitas vezes, é difícil haver um número de pais e de alunos para participar desses conselhos. Aí vão tocando, vão criando políticas e fazendo coisas para construir a ideia de participação. Construir a cultura da participação é fundamental. O que eu estou dizendo é que temos de desistir? Não, nós temos que persistir e perseverar; e a única maneira de se fazer isso é fortalecendo esses conselhos, dando atribuições a eles, para que as pessoas digam: “Não, eu vou até lá, eu vou participar, porque a minha opinião, o meu voto e a minha participação tem peso. Eu não vou lá apenas para homologar”. Nesse sentido, lamentavelmente, os conselhos de escola, com a 14.660, regrediram. Antes, o conjunto, a comunidade escolar podia eleger o Secretário e podia eleger o Assistente. Hoje não pode mais. Isso acabou fortalecendo a figura do diretor, não aquele diretor democrático. O que ele faz? Ele chega e diz: “Bom, pessoal, há essas e essas vagas. Vamos discutir entre nós aqui”. Ele não usa esse condão de: “Não, é meu, a vaga é minha, eu coloco lá quem eu quiser. Eu vou tirar você e colocar outro lá”. Infelizmente é isso. Retornar, fortalecer o conselho inclusive significa retornar e dar essas atribuições de volta ao conselho, mas também, em nível de Conselho Municipal de Educação, hoje, é um órgão homologador – o Rubens sabe disso –, e não é nesse governo, é em todos os governos.

Tem plenárias – tenho dúvida, mas já discuti se é possível, no que vai discutir para intervir, não pode! Nós precisamos avançar para ter eleição, para que seja paritário e que tenha representação de todos.

A segunda coisa: a questão deste plano.

O plano melhorou bastante em relação ao apresentado na 415. No entanto, ele continua sendo um plano municipal. Esse problema federativo, como é que vamos articular

politicamente isso? Será que o Estado vai querer fazer um plano para a cidade que fica aqui ou esse plano continuará sendo da rede? Não tenho grandes esperanças quanto a esse aspecto.

Vamos construir o melhor plano aqui, e pressionar o Estado para que o PEE também tenha uma interface com este plano.

Por fim, colegas, eu não poderia deixar de falar: sou Diretor do Simpeem e estou na escola. Acho que a companheira da ação educativa, quando propõe o fim das escolas de ensino médio, que quero discordar veementemente disso.

Nós temos poucos alunos nas escolas de ensino médio. Mais do que isso: as escolas não são exclusivamente de ensino médio. Em alguns lugares, como na Cidade Tiradentes, onde trabalho, durante o período da manhã e da tarde, funcionam o ensino médio e fundamental II. Temos uma transição de muitos alunos que entram no primeiro ano do ensino fundamental e acabam seguindo conosco até o final. Isso tem se apresentado de forma boa de manutenção e combate à fragmentação. Não estou defendendo aqui a ampliação, mas temos uma possibilidade muito grande de usar essas escolas como laboratório de uma escola não fragmentada, que começa no primeiro ano do ensino fundamental e chegue até o terceiro ano do ensino médio, de forma que possamos mostrar que é possível fazer uma escola de ensino médio de qualidade. Por isso, não é peso financeiro. Por outro lado, é uma oportunidade incrível de se construir outra proposta de ensino médio nesses tempos em que precisamos discutir esse segmento que sofre essa crise de identidade, que é o ensino médio na escola pública.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. ENDIRA – Bom dia a todos. Tenho duas contribuições para o texto na meta do financiamento item 1.8. Sobre o tipo de unidade escolar – não se está implícito, mas gostaria que ficasse clara a questão da área física. Sou Professora da rede, na EMEI Vila Leopoldina, que tem 8 mil metros de área externa, é uma escola muito grande. Somos 8 salas, funcionando em período integral, só que a verba que recebemos é a mesma de uma escola

com 5 salas. Há um custo muito grande para manter a área verde, a qual valorizamos muito, temos projeto ambiental muito forte, só que temos que fazer milagres com a verba insuficiente. Portanto, tem que ser considerada também a área das escolas.

Na meta sobre a gestão democrática está colocado lá atrás na 3.5, vocês muito bem colocaram, considerando em questão de princípios democráticos e participativos incluir na questão da Educação Infantil, incluir a escuta das crianças. Essa preposição deve estar, deve aparecer de volta no item gestão democrática e eu proporia no item 17.10 que vocês falam de incentivar, estimular nas escolas a criação de Grêmios, associações e gostaria de acrescentar os conselhos de criança que também é uma experiência na EMEI Dona Leopoldina, existe o Conselho de Crianças, porque é assim: não dá para incluir as crianças no Conselho de Escola que é um formato que não atende. Não dá para incluir, sem incluir de verdade, colocar a criança lá no meio de uma reunião de adultos, não vai funcionar. Tem de considerar a especificidade da educação infantil e resolvemos esse problema criando conselho de criança. Então cada sala tem dois representantes, uma menina, respeitando a questão de gênero e essas crianças, elas levam para o conselho de crianças que é realizado com a gestão, com a diretora, assistente e a coordenadora, eles levam a demandas de cada turma. Essa é uma solução que conseguimos elaborar. Que isso inclui aqui na questão da participação o Conselho de Crianças, é uma ideia. Tenho uma proposta, para a Comissão, que colocam no item 17.3 as atribuições do fórum, só que ao longo do texto varias vezes vocês colocam algumas funções e atribuições muito importantes, mas que isso fique mais claro e algumas até meio contraditórias.

Gostaria que vocês revissem quais são as atribuições do fórum que é importante está no plano, mas que isso fique mais organizado. Gostaria de saber quais são os próximos passos da tramitação do plano, se tem previsão ainda esse ano, senão para esclarecer, a gente que participou estamos encerrando aqui um ciclo de audiências muito bem planejadas, consegui participar de algumas, mas foi um avanço. Nós que acompanhamos ai desde 2008, o processo do plano. Então foi um avanço que aconteceu esse ano, só que gostaria de saber

qual o próximo passo daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a palavra o Sr. Raildo, da CEI Três Pontes.

O SR. RAILDO – Bom dia a todos. Sou diretor de escola efetivo, concursado, titular de cargo. Dirijo CEU CEI Três Pontes, apenas discordar de que o CEU, nem de longe é uma mosca branca. O CEU em que trabalho está entre o extremo Leste da Cidade de São Paulo e o Rio Tietê espremido, era um campo de várzea, quase que um mangue e esse CEU foi construído, abraçado pela comunidade, e há quinze dias, mais ou menos, recebemos uma Peça de Teatro profissional, que só no elenco havia 50 artistas. Isso não é pouco para uma comunidade onde os moradores ouviam tiros pela madrugada e quando acordavam estavam os cadáveres ali essa era a situação. Então os CEUS são um avanço bastante significativo onde há cultura que antes era impensável para a população de baixa renda. Estou no CEU há seis anos, e nesses anos a diretoria de educação, nunca, recebeu nenhuma denúncia, reclamação do CEI Três Pontes. Não tem problemas? Não! Temos problemas e desafios. É por lá resolvemos os problemas conversando com a comunidade, ouvindo. Sempre brinco com as professoras dizendo: olha temos todas as possibilidades de resolver os problemas da escola desse portão para dentro, porque quando isso ocorre a comunidade não precisa denunciar a escola ou ir na Diretoria de Educação. É uma escola democrática onde ouvimos as pessoas e conversamos. E é um diretor efetivo, titular de cargo. Associar a eleição de diretor com democracia, com todo respeito, é uma imensa ingenuidade. No mínimo, para ser bem tranquilo, é uma imensa ingenuidade.

Temos que fortalecer uma série de questões. Não falta democracia nas escolas, isso é uma bobagem; falta verba nas escolas, isso falta bastante. Por isso que os diretores muitas vezes têm que fazer milagres, mágicas com as verbas.

Dirigi uma escola em 2007 que a gente não podia comprar absorventes, o diretor comprava do bolso, porque crianças, meninas de 11 anos, menstruavam pela primeira vez e a professora corria em *off*, pedia para o diretor e nós comprávamos, deixando escondidos para

uma emergência. Isso falta nas escolas, democracia não falta.

Agora, como já foi apontado, temos um problema democrático e de participação popular que precisa ser construído. Vincular eleição com democracia isso não é verdade.

Só para concluir, quero lembrar a vocês que já trabalhei em 19 escolas, desde o tempo em que era professor eventual, adjunto, titular e diretor de escola. Vou dizer algo a vocês, vamos ser realistas, como o companheiro disse ali: gente, no concurso público entra o branco de olhos azuis, mas também entra o negro; entra o magro, mas entra o gordo; entra o paulista, mas também entra o nordestino como eu. Democrático, mesmo, é o concurso público.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Sr. Adelson, do Sipen.

O SR. ADELSON – Bom dia às pessoas presentes, aos componentes da mesa, em especial ao Rubão, pela sua fala. Quando você estava falando eu lembrava o nosso tempo do antigo Fundef, onde você buscou seus documentos, inclusive, e da precariedade que era aquilo e continua sendo.

Em especial, gente, quero cumprimentar a Késia, pela sua fala final, com todo direito e com tudo aquilo que tem que colocar para um pessoal ligado à educação. Parabéns, Késia.

Quero começar a minha fala voltando primeiro para financiamento. Digo isso porque algumas pessoas falaram aqui, mas há pouco tempo aconteceu em São Paulo algo que parece estamos esquecendo. Tínhamos já 30% e algumas pessoas fizeram parte daquele momento quando foi retirada, pela administradora da cidade de São Paulo os 30%. Isso foi uma realidade, quem é da educação sabe disso.

Hoje, quero parabenizar também aos dois que estão trabalhando, porque trazem na meta nº 1 a volta, praticamente, daquilo que foi retirado no passado, inclusive, pelo mesmo governo que está no poder hoje. Essa valorização que tem para nós, com relação aos 30%, mais cinco, é algo que nós vamos ter que lutar muito.

Digo isso porque passamos por várias reuniões de trabalho, hoje é a sexta audiência pública, muitas coisas foram aceitas, mas recordando do passado, dos 30 para 25, acho que a gente vai ter que ter uma nova fase de luta, quando esse substitutivo entrar para ser ou não votado.

Não tenho na minha cabeça que todos realmente estão lutando para a volta dos 30%. Aqui é uma Comissão de Educação, mas a Bancada talvez seja como se fossem diretores eleitos ou indicados: cedem à norma que vem lá do Executivo.

Com isso, estou introduzindo aqui também que a nossa luta sempre foi e será assim, aliás, na semana passada já falei isso até trazendo os termos da Constituição, ou seja, entrada no serviço público por concurso de provas e títulos, que é muito mais democrático do que você estar indicando ou elegendo alguém para gerenciar a Educação no seu bairro ou no seu Município.

Digo isso porque vários estados e municípios do Brasil é indicação. Isso temos discutido muito e somos voz diferenciada na CNPE que é a Confederação dos Professores do Brasil, dos profissionais de Educação, onde é muito debatido essa situação da eleição.

Portanto, trago novamente para cá a mesma condição, as mesmas coisas que estamos sempre falando: o congresso do Simpeen, esse ano, por exemplo, já tem 4 mil inscritos. Nosso congresso acontece no final desse mês.

E, no ano passado, que haviam 3,2 mil inscritos, atenção: essa galera toda se posicionou contra eleição e/ou indicação. Somos todos por concurso público de provas e títulos que é a forma mais democrática de você preencher o cargo.

Quanto ao trabalho democrático na escola, aí é outra coisa a ser gerida. E não pensar em cargo de direção de escola, de gestão de escola, por indicação ou etc., e que vocês podem pensar no que quiserem.

É esse o nosso posicionamento. Sempre defendi os posicionamentos dos nossos congressos, porque há de se pensar, também, nos espaços democráticos que temos e não só

coisas da nossa cabeça.

Temos de estar representando aquilo que a categoria pensa e quer, mas também a nossa comunidade como um todo. Obrigado a todos e vamos nos preparar o substitutivo na hora em que entrar em votação aqui nessa Casa, que dizem ser do povo, aliás, é a forma que temos para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Obrigado. Agora é a Sra. Lilian, do Conselho de Psicologia.

A SRA. LILIAN – Bom dia, eu tinha algumas contribuições para o texto, mas acho que vão sendo encaminhados.

Frente a todas as falas anteriores, resolvi organizar a minha de uma maneira diferente.

Acho que o conselho tem uma esperança, na realidade. Quando vemos um plano de Educação, ou a proposta do substitutivo, vamos pensar assim, tem lá: “garantir, promover”, como se nós nunca tivéssemos feito nada anteriormente. E isso está ligado sempre ao futuro.

O conselho, e nós psicólogos temos uma esperança de que daqui a dez anos poderemos estar aqui, pensando que nos nossos consultórios teremos menos queixas escolas, menos índices de fracassos escolares e que, quando visitarmos as escolas, que não tenhamos tantas queixas ligadas à psicologia do escolar e aos problemas de aprendizagem.

Por isso, acho que é uma esperança. Temos muito a agradecer a comissão, quando fomos chamados para participar e contribuir com o texto.

A gente entende que psicologia, desde a Educação, é um caminho e não uma estrutura. Se a gente ficar pensando que é estrutura, a gente fica novamente pensando no fazer ou no futuro. Mas é sempre um funcionamento. Espero que isso possa estar muito claro, não apenas pensar na estrutura, mas no funcionamento de toda Educação e no processo de aprendizagem.

Era isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Com a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Quero cumprimentar todas e todos, em especial o Vereador Reis, que fez o processo democrático e isso contribuiu bastante com o nosso relatório, apesar de saber que há diferenciações nele. Há consciência disso, mas V.Exa. sempre nos tratou, mesmo nas nossas diferenças, de um jeito bem democrático e isso ajudou bastante nos debates que tivemos nesta Casa.

Quero agradecer ao Professor Rubens pela participação e a nos ajudar a fazer essa reflexão. O senhor é um especialista, principalmente nessa área de financiamento. Conheci-o hoje, mas se o senhor me permitir uma brincadeira, a proposta colocada pelo senhor de pegarmos os prédios que estão vazios, provavelmente com pendências, talvez de IPTU, e expropriar em razão da função social, quero dizer que o senhor, nesta Casa, como Vereador, seria colocado bem à esquerda do PSOL. (Risos)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. TONINHO VESPOLI – Está na Constituição, mas infelizmente não é assim que funciona. Nesta Casa, no Plano Diretor, fizemos uma proposta nos eixos de mobilidade. Que fossem destinados 30% das áreas para a classe pobre desta Cidade e 70% para a classe média – assim vai ser – eu fui taxado de radical, porque os 100% deveriam ser para a especulação imobiliária. Quer dizer, quando é para essa finalidade, eles não são radicais, agora, quando é para a sociedade, aí, somos radicais. E olha que eu pedi 30%, não fiz como eles que pediram 100%. É diferente. Mas concordo com sua proposta.

Gente, nessas seis audiências, as pessoas contribuíram muito e cada contribuição é importante. Vou usar um debate como exemplo, quando abordou a questão de concurso público para Direção ou não, ou se é eleição. Vou deixar meu posicionamento bem claro e as pessoas vão entender porque fiz isso. Vão compreender. Não sei se vão concordar.

Não vou entrar nessa seara se vai ser por concurso ou por eleição. Estamos num

processo difícil, muito difícil. Há elementos muito importantes, quais são eles? É a questão de aumentarmos o financiamento para a Educação, propiciar uma maior autonomia para a escola, realmente implementar uma gestão democrática, diminuir o número de alunos em sala de aula, proporcionar formação para o professor e valorizar – em salário mesmo – os profissionais da Educação. Se conseguirmos implementar essas questões, avançaremos no grosso. Se nos dividirmos, entre nós, que queremos uma Educação de qualidade, corremos o risco de não conseguir o principal - e não estou falando que essas outras questões são detalhes, não é isso – e aí não vamos avançar. Conhecendo um pouco a composição da Casa, e a relação depois de ter visto algumas entrevistas do Governo, não acho que o nosso plano tenha consenso. Por exemplo, eu divirjo do companheiro que falou da gente colocar dinheiro numa bolsa-creche, o nosso plano está em caminho totalmente contrário. O nosso plano diz que o atendimento tem de ser direto, público, gratuito e de qualidade. (Palmas)

Entendo que na questão da creche, não somos irresponsáveis: olha, não vai ter atendimento indireto... Não, estamos propondo o congelamento das vagas que há hoje e a ampliação da rede direta. Mas acho que não é consenso no Governo. Falo isso porque ouvi entrevista do Calegari, esta semana, e fala que temos...

Se quisermos ter grandes conquistas, no meu ponto de vista, acho que não devemos nos dividir devido detalhe, isso se nas questões principais houver unidade. A sociedade civil tem de se balizar na unidade. (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. TONINHO VESPOLI - Vou terminar a minha fala.

Nesse sentido, entendo o que o Rubão disse, que até haver a meta de financiamento para cobrir tudo que tem... Mas pra gente no nosso relatório, a meta 1 é a meta de financiamento. Sem dinheiro é balela dizer que vamos diminuir o número de alunos em sala de aula; falar que vamos melhorar o salário dos servidores da Educação. No discurso vale tudo, basta ver a propaganda eleitoral, agora todo mundo é amigo da Educação, só que na

hora em que estão no governo a prática é diferente.

Para mim - eu, como educador, sou professor da rede municipal – as minhas brigas não eram por salário, mas para me sentir realizado em minha profissão e eu não me sentia numa sala com 35 alunos porque eu sabia que não estava dando uma aula de qualidade, e não era culpa minha, não era falta de esforço, mas devido às condições de trabalho que havia. A meta 2, apesar de sabermos que não era para ser meta, era para ser estratégia de qualidade. Ela é a meta 2 que, para mim, é das principais desse plano. Em nosso relatório, a estratégia está citada como meta, mas não sairá como meta. (Palmas)

Numerei algumas coisas para não esquecer, e porque elas são importantes.

Quanto ao financiamento, eu acho que é uma decisão política. Fico muito triste quando as pessoas dizem: olha, mas as condições que nós temos... Se não, um repórter me pergunta: Vereador, você está falando para aumentar a verba da Educação, fala então da onde vai sair? Como se eu fosse a pessoa que teria poder para fazer isso, e se eu tivesse o poder, eu sei da onde ia sair.

Este ano nós votamos 200 milhões do Orçamento para empresas que prestam serviço para a Copa; 160 milhões para a reforma do Autódromo de Interlagos; e não que não seja importante, mas eu acho que antes de fazer reforma no Autódromo, que está muito bem equipado ou colocar em Educação, eu sei para onde iria o dinheiro. São quase 160 milhões também a verba para Cultura, metade dela vai para o Teatro Municipal. Pergunto aos jovens da periferia: que já entrou no Teatro Municipal? É uma elite branca que vai ao teatro e a gente gasta 80 milhões para satisfazer essa elite, que simplesmente querem ter o padrão dos teatros da Europa. Não estou falando que não seja importante o aspecto cultural do Teatro Municipal, mas temos de decidir aonde está a prioridade. (Palmas)

Então, se pensarmos mesmo no Orçamento, dinheiro tem, a questão é para aonde ele vai. Nesse sentido, não tem como pensar numa melhor Educação se não aumentar a verba.

Outra coisa importante – e tenho concordância com o Governo Haddad – da onde podia sair dinheiro para Educação é da dívida do Município. A nossa dívida tem o pior indexador do Brasil, cobra os juros mais altos da nossa cidade. O Haddad em sua primeira fala disse que ia conversar com o Governo Federal para discutir a dívida, e dou todo apoio ao Governo Municipal. Essa dívida era de 11 bilhões, pagamos quase 20 e devemos 60. Os próprios conservadores da Casa projetam que daqui a 20, 30 anos São Paulo estará inviável financeiramente se não discutir a dívida. Quem projetou isso foram os partidos mais conservadores. Se não discutir essa dívida, São Paulo vai quebrar em curto prazo. Hoje vamos pagar em torno de 7 bilhões, este ano, isso é o projetado. Enquanto vamos ter 9 bilhões para a Educação, é uma afronta para a cidade de São Paulo. E tudo por causa de um prefeito que fez uma má negociação, o Governo Pitta, e nós vamos pagar por isso?

Então, há questionamentos. Gostaria de ver as pessoas questionando isso. É isso que está levando ao atual estado em que está a Educação. E não vir falar: ah, não tem como fazer mais nada! Neste país é assim: faz o que os banqueiros querem e o que sobra do dinheiro vai para áreas sociais. Está na hora inverter essa lógica, não dá mais para fazer o que a elite e o capital querem, sem ver as questões sociais. No Equador foi feito e muito bem. Fizeram auditoria da dívida, abaixaram a dívida, investiram o restante nas questões sociais. E o medo do boicote, de que iam acabar com o país, não aconteceu. Quer dizer, tem solução, mas tem de ter enfrentamento, mas tem de ter vontade política.

Acabou meu tempo, mas quero falar do Conselho. Eu venho do movimento popular, participei bastante do Conselho de Saúde. Não tenho experiência no conselho de escola, mas no da saúde. Percebo ali que acaba sendo um Conselho de fachada porque a população é chamada para participar de um processo, sendo um terço do governo, outro terço funcionários públicos, que por serem funcionários públicos, fazem o que o governo quer e um terço da sociedade civil. O que sentíamos nas práticas é que dois terços eram do governo e um terço da sociedade civil. O da sociedade civil não tinha preparação porque não tinha formação para os

Conselheiros. O coordenador da unidade era o coordenador do Conselho; os dados que ele tinha não eram os mesmo que tínhamos enquanto Conselheiros. Depois de ter participado de três conselhos, chego na triste conclusão que eram conselhos para inglês ver.

Minha avaliação é a seguinte: o governo já tem todos os elementos de discussão; o governo influencia na política cotidianamente e nas decisões. Então, do meu ponto de vista um Conselho é o da sociedade civil e tem quer hegemônico pela sociedade civil. Não tem como haver paridade, do meu ponto de vista, porque se tivesse - trabalho com pesos e contrapesos na democracia – o governo e a sociedade civil decidindo igualmente, seria diferente. Dai poderia haver paridade, porque se tem um equilíbrio de poder.

Mas, não! O governo está aqui porque faz política e decide cotidianamente, o povo está aqui, quando se fala em paridade, você não está sendo justo nem propiciando a igualdade, porque o povo tem pouquíssimos mecanismos de participação.

Então, para se corrigir isso, o Conselho tem que ser do povo. É esse o debate que eu queria fazer. Sei que alguns não irão concordar, mas é a minha opinião.

Também quero falar um pouco sobre o processo. Quando abrimos no site da Câmara a possibilidade de as pessoas contribuírem, colocamos o prazo com a data de hoje, que é da última audiência pública. Então, o site ficará aberto até hoje para as pessoas contribuírem. Se alguém quiser contribuir também pode procurar o nosso mandato, mas peço que seja, no máximo, até dia 7 de outubro, porque a ideia da relatoria é acabar até final de outubro o relatório, para apresentá-lo próximo do dia 30, quando entregaremos para que seja votado na Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Depois, haverá o processo regimental, processo legal, indo para a Comissão de Finanças e, depois, ao plenário.

O Presidente tem mais autonomia para ver como esse processo vai acontecer. Então, acho que o Reis pode se pronunciar quanto a isso.

Eu não poderia deixar de agradecer a todos e todas que colaboraram com esse plano. Ele não da relatoria nem da Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Esse plano é

da sociedade civil por os seus elementos básicos, os pilares, foram construídos pela sociedade civil.

Também quero agradecer, especialmente, a todos que colaboraram nos GTs.

Se houve avanços foi por conta dessas organizações, entidades, sindicatos, pessoas da sociedade civil que colaboraram no GT. Então um agradecimento especial a todos eles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Vereador Toninho Vespoli.

Passo a palavra ao Professor Rubens, para suas considerações finais.

O SR. RUBENS BARBOSA DE CAMARGO – Primeiro, agradecer a oportunidade de estar aqui. Em segundo, lembrar que concordo plenamente com o Adelson, uma coisa é estabelecer uma proposta de plano. Outra coisa é quando talvez ele venha a virar lei.

Tivemos o exemplo do Plano Nacional, do qual participaram da elaboração várias pessoas que estão aqui. E depois, ao final de toda luta tivemos nove votos do Presidente da República. E em geral, todos eles que cercearam qualquer possibilidade de financiamento ao Plano. Portanto, não havia como executá-lo.

Então para além do processo que vai se instalar a partir da elaboração final da lei, da votação da lei e também a implementação da lei. Então o alerta de estar sempre, o tempo todo, sempre alerta como dizem os escoteiros é fundamental para que tenhamos a possibilidade de construção de uma Educação de qualidade em São Paulo.

Concordo também plenamente com o Toninho quando fala da questão da dívida da cidade de São Paulo. É um absurdo ter recursos da Cidade, na boca do caixa, dos recursos que vem do Governo Federal – se não me engano, são 2 bilhões a cada ano – e sem abater o montante geral. Isso de certa maneira impede a realização das políticas sociais nesta Cidade.

Quer dizer, tem dinheiro numa parte, mas para a Educação teria de ter muito mais. Defendemos que tem de ter mais recursos. De onde virão? Algumas pessoas falaram do Pré-

Sal, mas estamos falando que tem de ampliar o montante, vincular como está proposto. Concordamos com isso.

Acho que tem de se colocar o custo aluno qualidade como um dos mecanismos de repasse – que também está no Plano Nacional – de recursos do Governo Federal. Tem de ir atrás da sonegação, da dívida ativa. E acho que tem de cobrar cada vez mais de quem tem mais. Essa é a lógica de uma sociedade mais justa, até no sentido que poderíamos chamar liberal. Inclusive, é assim que acontece nos países tidos como avançados no capitalismo mundial.

Quer dizer, não estou propondo a radicalização, a insurreição nacional, a revolução neste momento. É para preservar valores, ideias e condições de vida que se tem nos demais países do mundo. E o Brasil, como um país que tem uma produção de riqueza tamanha, a 7ª riqueza do mundo, teria todas as condições para ter isso. O problema é que as nossas elites não vão abrir mão desses privilégios.

O SR. TONINHO VESPOLI – Na Inglaterra, apartamento ou propriedade vazia pode ser ocupada. É lei. Na Inglaterra, que é um país capitalista.

O SR. RUBENS BARBOSA DE CAMARGO – Exato. Nos Estados Unidos, o imposto da herança é algo em torno de 40, 50%. Aqui no Brasil são 4%. E estou falando dos Estados Unidos, se o cara morre lá quase metade vai para o Estado para as políticas públicas.

É isso que estou falando. Nós temos uma estrutura tributária também no Brasil que é profundamente irracional. Não, não é irracional. Ela é racional, no sentido inverso: tira sempre dos pobres e dá sempre para os ricos. Por isso também que tem de pensar uma proposta de mudança disso.

E, quanto à questão da gestão democrática, sei que os colegas aqui na minha frente vão... É o debate, e acho que, assim, vocês viram aqui que sobra para todo mundo: sobra para quem falou uma coisa, sobra para mim, sobra para o Vereador, sobra para quem está do Governo, sobra para quem está lá. E acho que o fundamento é tentarmos construir uma

sociedade mais democrática. Ouvir é fundamental. Eu li o relatório de vocês a respeito de o quanto os Diretores - no caso recente - não são ouvidos, e é verdade. Alguém falou aqui dos Conselhinhos, o quanto que não ouvimos ninguém, e esse modelo vem de cima. E é contra isso que temos de nos policiar, temos de nos policiar o tempo todo, senão essa ideologia nos domina. A perspectiva da horizontalidade, de uma vivência coletiva, de uma vida mais digna para todos, tem de ser buscada inclusive nas nossas relações mais próximas, está certo?

Agora, tenho uma convicção e, olha, apesar de não ter participado do processo da eleição, mas o reitor que foi eleito - por isso que não sou ingênuo, é até uma convicção, que acho que é importante a questão da eleição -, mas sei também que há uma história, e sei também que é um debate que está colocado na rede, embora tenha mais acúmulo de um lado do que de outro. Na Conferência Estadual, foi outro processo; e aqui foi um. Mas entendo também o não posicionamento, neste momento - está certo? -, mas não tenho dúvida: tudo isso para tentar acomodar a perspectiva de uma educação democrática para uma visão de uma construção de uma sociedade democrática.

Esse valor da democracia é uma conquista dos trabalhadores no mundo e também no Brasil. E temos sempre que perseguir, está certo? É isso que acho que a gente tem a ver, na essência da perspectiva da democracia, do que falei aqui.

De modo geral, acho que é importante estarmos atentos, não pegar pelos primeiros movimentos, do que se fala aqui e ali, mas ter uma perspectiva de curto, médio e longo prazos. Para isso servem os planejamentos, para isso serve o controle social. E, nesse sentido, para além do que a democracia... Na falta de democracia, onde o controle social foi um conceito usado pelo Estado para acabar com a democracia, nós, pela nossa luta, mudamos esse conceito. Controle social somos nós, queremos controlar o Estado. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado.

Bem, acho que a Comissão de Educação cumpriu o seu papel nessa busca pelo aprimoramento do Plano Municipal de Educação.

O professor Toninho Vespoli tem esse título de "Professor", não é? Nós temos, na Comissão de Educação, outros Vereadores, como o Vereador Eliseu Gabriel, que também é professor; a Vereadora Edir Sales; o Vereador Claudinho de Souza - não é professor, mas faz parte da Comissão de Educação; Vereador Ota; o Vereador Jean Madeira, e o Vereador Reis, que sou eu, na Presidência. Acho que fui bastante feliz na escolha professor Toninho Vespoli como Relator desse Plano Municipal de Educação. Algumas pessoas me questionaram: "Não, mas ele é do PSOL". Falei: "Não há problema nenhum. Ele é professor".

O SR. TONINHO VESPOLI (?) - Melhor que seja do PSOL, não é, Reis?

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Nada mais justo do que uma pessoa que seja do PSOL - que, no passado, foi do PT (Risos)... Possa ser o Relator desse Plano de suma importância para a cidade de São Paulo.

Então, parabéns, professor Toninho Vespoli. Parabéns a todos que participaram não só dos GTs, mas também das audiências. Agora V.Exa. tem bastante subsídio, bastantes contribuições dos companheiros para poder forjar o melhor Plano, o melhor substitutivo possível para tramitar nesta Casa e ser aprovado.

O prazo regimental para a entrega do relatório já está estourado, mas, como chamamos as audiências, estourar esse prazo é justificável. O Vereador Toninho Vespoli pediu mais 30 dias para apresentar o relatório. Após a apresentação, vamos debatê-lo na Comissão de Educação e então votá-lo, sendo que poderá ser aprovado ou rejeitado. Após essa fase, o projeto segue para a Comissão de Finanças e de lá, então, estará pronto para ser apresentado ao Plenário. Colocá-lo a voto no Plenário é uma questão da liderança do Governo, porque o PME é um projeto do Executivo e não caberá à Liderança do Governo pautar sua votação na Casa. Mesmo assim, poderão acontecer outros eventos, pois temos até o início de julho do ano que vem para aprovar o Plano; é um prazo estabelecido pelo Plano Nacional de Educação para aprovação do Plano Municipal de Educação. Antes não havia esse prazo, mas, quando construímos o cronograma para tramitar na Comissão de Educação, ainda não tinha sido

aprovado o Plano Nacional de Educação. Agora, então, temos, dentro do Plano Nacional de Educação, um prazo estabelecido para que os municípios se adequem para a aprovação do Plano. Isso quer dizer que o Executivo ainda pode mandar outro projeto.

Acontecerão, nesse prazo, todos esses eventos dos quais o Relator, Vereador Toninho Vespoli, está encarregado. Quando pautado o projeto para ser votado no Plenário, poderá haver substitutivo ou emendas de outros Vereadores. Então, até o dia da primeira votação e o dia da segunda votação, muita coisa ainda poderá acontecer. Mesmo que o Relator apresente seu relatório final, ainda não será uma peça acabada, ainda estará aberta a emendas, a contribuições até o dia da votação, desde que, claro, siga os procedimentos legislativos que o Regimento prevê.

Sobre a questão de recurso para a educação, acho que, se combatêssemos a sonegação, já haveria muito recurso para a educação, porque, conforme o Relator falou, o maior problema, apesar da alta carga tributária, é que muita gente não pagar imposto. Basta ver a dívida ativa da cidade de São Paulo, astronômica. Temos uma dívida para pagar, mas também temos a receber muito dinheiro, e uma coisa anularia a outra. Se recebêssemos esse dinheiro, poderíamos quitar a dívida que a Cidade tem. Então, precisamos buscar uma eficiência na arrecadação financeira, porque ela está muito em falta.

A população – nós, eu, vocês – tem que ser a guardiã dessa questão. Não adianta falarmos e não pedirmos, por exemplo, nota fiscal quando formos a um restaurante, porque essa nota fiscal recolhe imposto sobre serviço; ou seja, estamos ajudando a sonegar. A mesma coisa acontece quando usamos um estacionamento e não pedimos CPF na nota. Quando presidi a CPI dos estacionamentos, constatei que há estacionamentos que estacionam 300 veículos por dia e emitem duas, três notas. Como esse, há diversos casos. Claro, recolhem-se apenas 30 centavos por carro, mas em São Paulo 1,5 milhão de carros são estacionados por dia. Quando se fala em um, não representa nada, mas quando falamos de 1 milhão, é uma fortuna. Então, nós temos que ser essas pessoas que vão cobrar a nota fiscal, porque ela tem

que ser emitida, tem que ser exigida.

Recentemente, estive no estacionamento ao lado do Anhembi, da SPTuris, onde o estacionamento é muito caro, de 20 a 30 reais. A empresa que estava lá estava emitindo apenas um papelzinho com um número. Perguntei o que era e disse que eles tinham que emitir o RPS – Registro Provisório de Serviço. Temos, então, que encher o saco desse povo. Perguntei por que ele não estava cumprindo a lei, e ele inventou que tinha dado uma pane no computador, dentre outras histórias. Eu lhe disse que, se tinha dado uma pane no computador, ele tinha que ter um impresso adequado para ser preenchido e quis saber quantos veículos havia estacionados e quantos RPS tinham sido emitidos. Só assim ele passou a emitir RPS para todo mundo. A situação não foi diferente no Credicard Hall, em cujo estacionamento cabem mil veículos por show. Imaginem o quanto de dinheiro que a Cidade deixa de arrecadar. Estou dando um exemplo, mas há o caso dos restaurantes, dos prestadores de serviço, etc.

Então, se nós, a sociedade como um todo, começarmos a fazer a lição de casa, começará a aparecer mais dinheiro, porque realmente as finanças da Cidade estão um caos e, por mais que se fale que há dinheiro, a realidade é que não há dinheiro para a educação, para a saúde, para pagamento de dívidas, para os funcionários públicos, não só os professores, para os inativos, para a manutenção da Cidade, que hoje é precária: as ruas da periferia estão todas esburacadas e os bairros, abandonados. No centro também há abandono, mas quando avançamos em direção a Guaianases, ao Capão Redondo, a São Mateus, vemos o caos que é a situação: as pessoas estão morando em morros, estão penduradas nos morros e, quando há chuva, os barracos descem; há centenas de casas em cima de córregos, em áreas de risco. Existe um passivo imenso na Cidade e precisamos de recurso para resolver isso. A coisa não é tão simples para quem realmente anda na Cidade e a conhece. No Jardim Peri, por exemplo, comunidades estão praticamente dentro do rio, barracos estão caindo. É uma situação que precisa de muito dinheiro, mas muito dinheiro mesmo para ser resolvida.

A situação da Cidade é precária, e temos que fazer a lição de casa minimamente.

Existe o impostômetro, mas existe também o “sonegômetro”.

Agradeço ao Vereador Toninho Vespoli, Relator do projeto, e ao Vereador Rubens Barbosa, que fez uma brilhante exposição. A Comissão de Educação está à disposição; todas as quartas-feiras, realizamos reuniões ordinárias, abertas à participação popular, mas sem pedido de palavra. É importante que todos continuem dando apoio a esta Comissão para que realmente os resultados possam aparecer.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.
